



87

DATA DA REUNIÃO: CINCO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENÇAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR PROF. JOSÉ CARLOS RIBEIRO FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E VINTE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DOZE HORAS E DEZ MINUTOS.-----



SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de setembro, o senhor presidente deu conhecimento dos seus despachos a seguir referidos, proferidos ao abrigo de competência delegada pela câmara municipal:-----

- Despacho de vinte e três de outubro último, que aprovou a 13ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e doze, que consistiu na 11ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento da Despesa;-----

- Despacho de vinte e um de novembro findo, que aprovou a 14ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e doze, que consistiu na 12ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento da Despesa;-----

- Despacho de vinte e seis de novembro findo, que aprovou a minuta do contrato adicional (adicional n.º 1) ao contrato da empreitada denominada “Requalificação do Edifício da Piscina Municipal”, que consiste no aditamento de trabalhos ao contrato inicial, sendo 39.461,11 € (trinta e nove mil quatrocentos e sessenta e um euros e onze centimos) relativamente a trabalhos de suprimento de erros e omissões do projeto e 58.504,92 € (cinquenta e oito mil quinhentos e quatro euros e noventa e dois centimos), relativamente a trabalhos a mais.-----

Anexam-se à ata da presente reunião cópia dos despachos relativos às aludidas modificações das Grandes Opções do Plano e Orçamento.-----

b) Para conhecimento da atividade da câmara municipal o senhor presidente deu também conhecimento dos despachos a seguir referidos, por si proferidos ao abrigo de competência própria:

- Despacho de um de outubro último, que adjudicou à sociedade Infos – Informática e

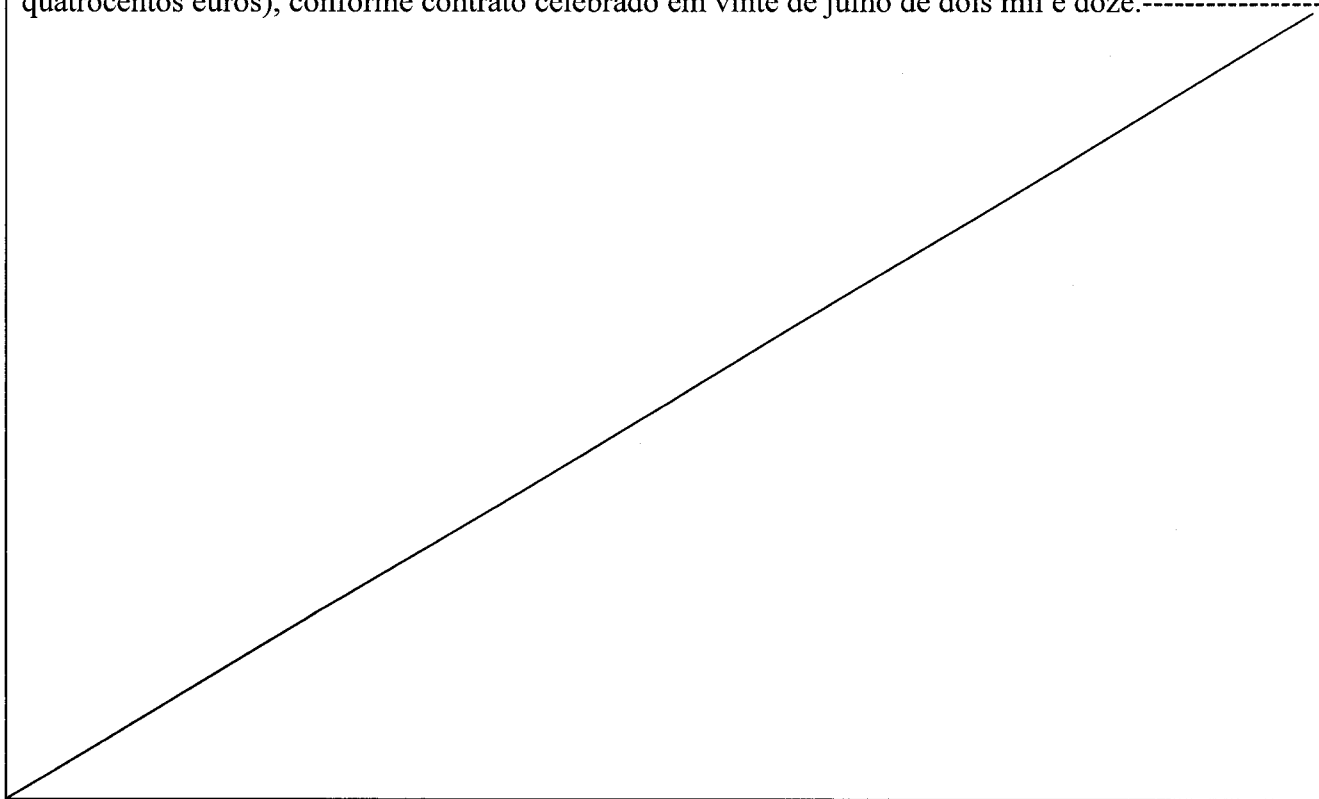


Serviços S.A. o contrato de prestação de serviços de assistência técnica ao servidor RM300 e equipamento ativo da rede, pelo preço de 17.000,00 € (dezassete mil euros), mais IVA.-----

- Despacho de vinte e três de outubro último, que adjudicou à sociedade GNG.APB – Arquitetura e Planeamento Lda o contrato de prestação de serviços tendo por objeto o desenvolvimento do Projeto do Eixo Urbano, integrado no Programa de Mobilidade Sustentável da cidade de Santo Tirso, pelo preço de 9.659,39 € (nove mil seiscientos e cinquenta e nove euros e trinta e nove centimos), já com a redução remuneratória legalmente prevista, mais IVA.-----

- Despacho de vinte e oito de novembro findo, que adjudicou à sociedade Famavias – Sociedade de Construções Lda a execução de trabalhos adicionais na empreitada denominada “Parque Infantil e Arranjos Exteriores na EB1 da Ribeira – Roriz”, para suprimimento de erros e omissões do projeto, no valor de 4.362,25 € (quatro mil trezentos e sessenta e dois euros e vinte e cinco centimos), mais IVA.-----

A referida empreitada foi adjudicada pelo preço inicial de 36.400,00 € (trinta e seis mil e quatrocentos euros), conforme contrato celebrado em vinte de julho de dois mil e doze.-----



DESPACHO

13º Modificação – GOP E ORÇAMENTO 2012

4

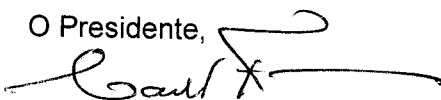


António Alberto de Castro Fernandes, Presidente do Município de Santo Tirso, decido ao abrigo da deliberação de executivo de 05/11/2009, item 6, n.º 2-b), aprovar a 13ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012, com reforço de verbas no montante 335.000,00€ (trezentos e trinta cinco mil euros), coberto pela anulação parcial de outras dotações do Orçamento de Despesas, cujo teor passa a constituir as subsequentes 5 folhas do presente despacho.

O presente despacho fundamenta-se na necessidade de reforçar algumas dotações orçamentais, para que seja possível o normal funcionamento da autarquia.

À próxima reunião ordinária para conhecimento e à Divisão de Gestão Financeira para execução.

Santo Tirso, 23 de outubro de 2012

O Presidente, 

Castro Fernandes

SISTEMA CERTIFICADO

eiC
ISO 9001
certificação
acreditada
IRAC

Serviços de Obras Particulares,
Ação Social e Atendimento
Geral e Atividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Computas

M.021GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

5
A
A

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2012

MODIFICAÇÃO N.º 13

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA N.º 11

ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO N.º 11

outubro 2012

5

Tipo de Modificação : AOD - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 11		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
01	01021302		Outros	25.000,00	5.000,00	
01	020225		Outros serviços	20.000,00		5.000,00
02	010101		Titulares órgãos soberania e membros órgãos autárq	170.000,00	2.000,00	
02	01010401		Pessoal em funções	4.550.000,00	15.000,00	
02	01010601		Pessoal em funções	2.040.000,00		101.000,00
02	010108		Pessoal aguardando aposentação	10.000,00	2.500,00	
02	010111		Representação	97.425,00	500,00	
02	010211		Subsidio turno	71.000,00	1.000,00	
02	01030501		Assistência na doença funcionários públicos (ADSE)	260.000,00	30.000,00	
02	0103050202		Segurança social - regime geral	600.000,00	50.000,00	
02	020209		Comunicações	158.000,00	5.000,00	
02	020210		Transportes	1.585.000,00		55.000,00
02	020225		Outros serviços	1.260.000,00	50.000,00	
02	07010301		Instalações serviços	3.765.575,44		12.000,00
02	07010305		Escolas	3.977.662,17	12.000,00	
02	08050102		Freguesias	1.600.659,82	50.000,00	
02	08050104		Associações de municípios	710.000,00		50.000,00
02	100603		Sociedades financeiras-bancos e outras inst. finan	2.200.000,00		100.000,00
02	110299		Outras	45.000,00	100.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					323.000,00	323.000,00
Tipo de Modificação : API - ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				Número : 11		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010301	2011 I 1	REMODELACÃO E INFRAESTRUTURAÇÃO DO POSTO DE TURISM	58.680,44		12.000,00
02	07010305	2012 I 14	BENEFICIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR MUNIC	78.000,00	12.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					12.000,00	12.000,00
Total Geral :					335.000,00	335.000,00

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NUMERO: 13	NUMERO 11 DO ANO CONTABILISTICO DE 2012		DATA DE APROVAÇÃO	
		ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA			7	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			O B S
			DOTAÇÃO	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	ANTERIOR	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	45.000,00	5.000,00	5.000,00	45.000,00
	01	Despesas com o pessoal	25.000,00	5.000,00		30.000,00
	0102	Abonos variáveis ou eventuais	25.000,00	5.000,00		30.000,00
	010213	Outros suplementos e prêmios	25.000,00	5.000,00		30.000,00
	01021302	Outros	25.000,00	5.000,00		30.000,00
	02	Aquisições bens serviços	20.000,00		5.000,00	15.000,00
	0202	Aquisição serviços	20.000,00		5.000,00	15.000,00
	020225	Outros serviços	20.000,00		5.000,00	15.000,00
02		CÂMARA MUNICIPAL	23.100.322,43	318.000,00	318.000,00	23.100.322,43
	01	Despesas com o pessoal	7.798.425,00	101.000,00	101.000,00	7.798.425,00
	0101	Remunerações certas e permanentes	6.867.425,00	20.000,00	101.000,00	6.786.425,00
	010101	Titulares órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	170.000,00	2.000,00		172.000,00
	010104	Pessoal quadros-regime contrato individual trabalho	4.550.000,00	15.000,00		4.565.000,00
	01010401	Pessoal em funções	4.550.000,00	15.000,00		4.565.000,00
	010106	Pessoal contratado a termo	2.040.000,00		101.000,00	1.939.000,00
	01010601	Pessoal em funções	2.040.000,00		101.000,00	1.939.000,00
	010108	Pessoal aguardando aposentação	10.000,00	2.500,00		12.500,00
	010111	Representação	97.425,00	500,00		97.925,00
	0102	Abonos variáveis ou eventuais	71.000,00	1.000,00		72.000,00
	010211	Subsidio turno	71.000,00	1.000,00		72.000,00
	0103	Segurança social	860.000,00	80.000,00		940.000,00
	010305	Contribuições para segurança social	860.000,00	80.000,00		940.000,00
	01030501	Assistência na doença funcionários públicos(ADSE)	260.000,00	30.000,00		290.000,00
	01030502	Seg. social regime contrato trabalho funções públicas(RCTFP)	600.000,00	50.000,00		650.000,00
	0103050202	Segurança social - regime geral	600.000,00	50.000,00		650.000,00
	02	Aquisições bens serviços	3.003.000,00	55.000,00	55.000,00	3.003.000,00
	0202	Aquisição serviços	3.003.000,00	55.000,00	55.000,00	3.003.000,00
	020209	Comunicações	158.000,00	5.000,00		163.000,00
	020210	Transportes	1.585.000,00		55.000,00	1.530.000,00
	020225	Outros serviços	1.260.000,00	50.000,00		1.310.000,00
	07	Aquisição bens capital	7.743.237,61	12.000,00	12.000,00	7.743.237,61
	0701	Investimentos	7.743.237,61	12.000,00	12.000,00	7.743.237,61
	070103	Edifícios	7.743.237,61	12.000,00	12.000,00	7.743.237,61
	07010301	Instalações serviços	3.765.575,44		12.000,00	3.753.575,44
	07010305	Escolas	3.977.662,17	12.000,00		3.989.662,17
	08	Transferencias capital	2.310.659,82	50.000,00	50.000,00	2.310.659,82
	0805	Administração local	2.310.659,82	50.000,00	50.000,00	2.310.659,82
	080501	Continente	2.310.659,82	50.000,00	50.000,00	2.310.659,82
	08050102	Freguesias	1.600.659,82	50.000,00		1.650.659,82
	08050104	Associações de municípios	710.000,00		50.000,00	660.000,00
	10	Passivos financeiros	2.200.000,00		100.000,00	2.100.000,00
	1006	Empréstimos a médio e longo prazo	2.200.000,00		100.000,00	2.100.000,00
	100603	Sociedades financeiras-bancos e outras inst. financeiras	2.200.000,00		100.000,00	2.100.000,00
	11	Outra despesas capital	45.000,00	100.000,00		145.000,00
	1102	Diversas	45.000,00	100.000,00		145.000,00
	110299	Outras	45.000,00	100.000,00		145.000,00
TOTAL ...			23.145.322,43	323.000,00	323.000,00	23.145.322,43
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES				161.000,00	161.000,00	
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				162.000,00	162.000,00	

Em ____ de ____ de ____

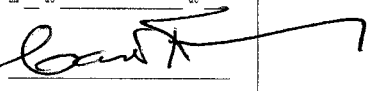
Aprovada em reunião de ____ 8

O Presidente da Câmara, _____

Os Vereadores:

_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO													PÁGINA : 1			
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 13 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2012 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 11 DATA DE APROVAÇÃO													9 A			
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)				DOTAÇÃO SEGUINTE					
						ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE		ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE			
						TOTAL	DEFINIDA		NÃO DEFINIDA	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2013	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2013	SEGUINTE
1.		Funções gerais				58.680,44	58.680,44		185.000,00	-12.000,00		12.000,00		46.680,44	46.680,44		197.000,00	
1.1.		Serviços gerais de				58.680,44	58.680,44		185.000,00	-12.000,00		12.000,00		46.680,44	46.680,44		197.000,00	
1.1.1.		Administração pública				58.680,44	58.680,44		185.000,00	-12.000,00		12.000,00		46.680,44	46.680,44		197.000,00	
1.1.1.1.	01	Administração geral	DPH/DM	02	07010301	58.680,44	58.680,44		185.000,00	-12.000,00		12.000,00		46.680,44	46.680,44		197.000,00	
		REMODELACÃO E				58.680,44	58.680,44		185.000,00	-12.000,00		12.000,00		46.680,44	46.680,44		197.000,00	
		INTRAESTRUTURAÇÃO DO POSTO DE																
		TURISMO																
2.		Funções sociais				78.000,00	78.000,00		422.000,00	12.000,00		-12.000,00		90.000,00	90.000,00		210.000,00	200.000,00
2.1.		Educação				78.000,00	78.000,00		422.000,00	12.000,00		-12.000,00		90.000,00	90.000,00		210.000,00	200.000,00
2.1.1.		Ensino não superior				78.000,00	78.000,00		422.000,00	12.000,00		-12.000,00		90.000,00	90.000,00		210.000,00	200.000,00
2.1.1.1.	01	BENEFICIACÃO E CONSERVACÃO DO	DPH/DM	02	07010305	78.000,00	78.000,00		422.000,00	12.000,00		-12.000,00		90.000,00	90.000,00		210.000,00	200.000,00
		PARQUE ESCOLAR MUNICIPAL																
TOTAL ...						136.680,44	136.680,44		607.000,00					136.680,44	136.680,44		407.000,00	200.000,00

Em ____ de ____ de ____


Em ____ de ____ de ____



DESPACHO



14º Modificação – GOP E ORÇAMENTO 2012

António Alberto de Castro Fernandes, Presidente do Município de Santo Tirso, decido ao abrigo da deliberação de executivo de 05/11/2009, item 6, n.º 2-b), aprovar a 14ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012, com reforço de verbas no montante 780.420,80€ (setecentos e oitenta mil, quatrocentos e vinte euros e oitenta cêntimos), coberto pela anulação parcial de outras dotações do Orçamento de Despesas, cujo teor passa a constituir as subseqüentes 4 folhas do presente despacho.

O presente despacho fundamenta-se na necessidade de reforçar algumas dotações orçamentais, para que seja possível o normal funcionamento da autarquia.

À próxima reunião ordinária para conhecimento e à Divisão de Gestão Financeira para execução.

Santo Tirso, 21 de novembro de 2012

O Presidente,



Castro Fernandes



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

11

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2012

MODIFICAÇÃO N.º 14

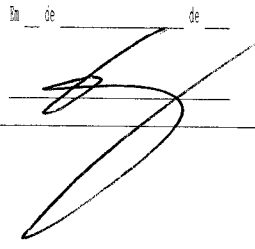
ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA N.º 12

ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO N.º 12

novembro 2012

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO																PÁGINA : 1	
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 14 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2012 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 12 DATA DE APROVAÇÃO 2012/11/21																12	
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)				DOTAÇÃO SEQUINTE						
						ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE		ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE		
						TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2013	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2013	SEGUINTE	
2.		Funções sociais			1.296.039,95	3.068.129,10	3.068.129,10		800.000,00	230.429,80	-210.000,00		3.298.549,90	3.298.549,90		200.000,00	200.000,00		
2.1.		Educação			1.074.181,43	416.222,63	416.222,63		410.000,00	10.420,80	-60.000,00		426.643,43	426.643,43		200.000,00	200.000,00		
2.1.1.		Ensino não superior			1.074.181,43	416.222,63	416.222,63		410.000,00	10.420,80	-60.000,00		426.643,43	426.643,43		150.000,00	200.000,00		
2.1.1.1.	18	2003 I 59	AMPLIAÇÃO, SEGURANÇA E CONSERVAÇÃO EDIFÍCIOS ESCOLARES CONCELHO SANTO TIRSO	DPH	02	07010305	81.558,83	10.000,00	10.000,00		-781,01		9.218,99	9.218,99					
2.1.1.1.	19	2003 I 62	AMPL., SEGURANÇA E CONS. EDIFÍCIOS ESCOLARES CONCELHO SANTO TIRSO	DOM	02	07010305	992.622,60	316.222,63	316.222,63		-48.798,19		267.424,44	267.424,44					
2.1.1.1.	01	2012 I 14	BENEFICIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR MUNICIPAL	DPH/DOM	02	07010305		90.000,00	90.000,00	410.000,00	60.000,00	-60.000,00	150.000,00	150.000,00		150.000,00	200.000,00		
2.4.		Habituação e serviços colectivos			141.649,83	1.451.906,47	1.451.906,47		390.000,00	180.000,00	-150.000,00		1.631.906,47	1.631.906,47		240.000,00			
2.4.3.		Cemitérios			14.192,44	91.906,47	91.906,47		30.000,00				121.906,47	121.906,47					
2.4.3.2.		Cemitérios			14.192,44	91.906,47	91.906,47		30.000,00				121.906,47	121.906,47					
2.4.3.2.2.	02	2011 I 26	CONSTRUÇÃO ANEXOS E WC NO CEMITÉRIO PARQUE LAMA	DPH/DOM	02	07010412	14.192,44	91.906,47	91.906,47	30.000,00			121.906,47	121.906,47					
2.4.6.		Protecção do meio ambiente e conservação da natureza			127.457,39	1.360.000,00	1.360.000,00		390.000,00	150.000,00	-150.000,00		1.510.000,00	1.510.000,00		240.000,00			
2.4.6.1.	18	2006 I 224	EUROPLAN - REQUALIFICAÇÃO MARGENS RIBEIRA MATADOURO	DPH/DRAP/D	02	07010495	127.457,39	1.360.000,00	1.360.000,00	390.000,00	150.000,00	-150.000,00	1.510.000,00	1.510.000,00		240.000,00			
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos			80.207,69	1.200.000,00	1.200.000,00			40.000,00			1.240.000,00	1.240.000,00					
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer			80.207,69	1.200.000,00	1.200.000,00			40.000,00			1.240.000,00	1.240.000,00					
2.5.2.2.	02	2011 I 39	REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DA PISCINA MUNICIPAL	DPH/DOM	02	07010302	80.207,69	1.200.000,00	1.200.000,00		40.000,00		1.240.000,00	1.240.000,00					
3.		Funções económicas			2.389.673,93	1.015.277,46	1.015.277,46		589.249,44	-230.420,80	-76.173,10		784.856,66	784.856,66		513.076,34			
3.2.		Indústria e energia			39.830,51	82.621,00	82.621,00		589.249,44	-76.173,10	-76.173,10		6.447,90	6.447,90		513.076,34			
3.2.2.	02	2010 I 36	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - EDIFÍCIOS MUNICIPAIS E REDE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	DPH/DOM	02	07010404	39.830,51	82.621,00	82.621,00	589.249,44	-76.173,10	-76.173,10	6.447,90	6.447,90		513.076,34			
3.3.		Transportes e comunicações			2.349.843,42	932.656,46	932.656,46			-154.247,70			778.408,76	778.408,76					
3.3.1.		Rede viária urbana e rural			2.349.843,42	932.656,46	932.656,46			-154.247,70			778.408,76	778.408,76					
3.3.1.1.	019	2002 I 161	RECUPERAÇÃO PAVIMENTO DIVERSOS ARRABOAMENTOS CONCELHO SANTO TIRSO	DOM	02	07010401	1.313.023,83	585.660,84	585.660,84		-79.798,89		425.861,95	425.861,95					
3.3.1.1.	004	2002 I 226	INFRAESTRUTURAS NOS ARRABOAMENTOS CONCELHO SANTO TIRSO	DOM	02	07010401	1.036.819,59	426.995,62	426.995,62		-74.448,81		352.546,81	352.546,81					
TOTAL ...					3.605.712,88	4.083.406,56	4.083.406,56		1.399.249,44		-206.173,10		4.083.406,56	4.083.406,56		903.076,34	200.000,00		

Em _____ de _____



Em _____ de _____

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES

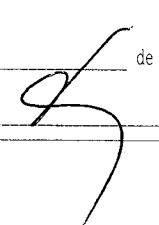
Ano Contabilístico: 2012 Data Aprovação : 2012/11/21

Página: 1

13

Tipo de Modificação : AOD - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA						
				Número : 12		
Orgânica	Econômica	Plano	Designação (Econômica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	020101		Matérias-primas e subsidiárias	380.000,00	10.000,00	
02	020107		Vestuário e artigos pessoais	69.000,00	10.000,00	
02	020115		Prêmios condecorações e ofertas	73.000,00	5.000,00	
02	020120		Material educação cultura e recreio	727.000,00	20.000,00	
02	02020101		Electricidade	660.000,00	100.000,00	
02	02020102		Água	140.500,00	20.000,00	
02	02020103		Iluminação Pública	1.240.000,00		120.000,00
02	020203		Conservação bens	165.000,00	25.000,00	
02	020210		Transportes	1.460.000,00		70.000,00
02	07010302		Instalações desportivas e recreativas	1.747.247,38	40.000,00	
02	07010305		Escolas	4.000.082,97	10.420,80	
02	07010401		Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	8.015.165,09		154.247,70
02	07010404		Iluminação pública	106.080,23		76.173,10
02	07010405		Parques e jardins	5.605.402,07	150.000,00	
02	07010412		Cemitérios	271.330,41	30.000,00	
02	08050104		Associações de municípios	580.000,00		80.000,00
02	080701		Instituições sem fins lucrativos	1.700.000,00	80.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					500.420,80	500.420,80
Tipo de Modificação : API - ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS						
				Número : 12		
Orgânica	Econômica	Plano	Designação (Econômica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010401	2002 I 161	RECUPERAÇÃO PAVIMENTO DIVERSOS ARRUAMENTOS CONCELH	425.861,95		79.798,89
02	07010401	2002 I 226	INFRAESTRUTURAS NOS ARRUAMENTOS CONCELHO SANTO TIR	352.546,81		74.448,81
02	07010305	2003 I 59	AMPLIAÇÃO, SEGURANÇA E CONSERVAÇÃO EDIFÍCIOS ESCOLA	9.218,99		781,01
02	07010305	2003 I 62	AMPL., SEGURANÇA E CONS. EDIFÍCIOS ESCOLARES CONCE	267.424,44		48.798,19
02	07010405	2006 I 224	EUROPAN - REQUALIFICAÇÃO MARGENS RIBEIRA MATADOURO	1.510.000,00	150.000,00	
02	07010404	2010 I 36	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - EDIFÍCIOS MUNICIPAIS E RED	6.447,90		76.173,10
02	07010412	2011 I 26	CONSTRUÇÃO ANEXOS E WC NO CEMITÉRIO FREGUESIA LAMA	121.906,47	30.000,00	
02	07010302	2011 I 39	REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DA PISCINA MUNICIPAL	1.240.000,00	40.000,00	
02	07010305	2012 I 14	BENEFICIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR MUNIC	150.000,00	60.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					280.000,00	280.000,00
Total Geral :					780.420,80	780.420,80

Em ____ de ____ de ____



Em ____ de ____ de ____

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NUMERO: 14	ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA		NUMERO 12 DO ANO CONTABILISTICO DE 2012	DATA DE APROVAÇÃO 2012/11/21
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
CLASSIFICAÇÃO		DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
ORGÂNICA	ECONÔMICA			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
02		CÂMARA MUNICIPAL	26.939.808,15	500.420,80	500.420,80	26.939.808,15
	02	Aquisições bens serviços	4.914.500,00	190.000,00	190.000,00	4.914.500,00
	0201	Aquisições bens	1.204.000,00	45.000,00		1.249.000,00
	020101	Matérias-primas e subsidiárias	370.000,00	10.000,00		380.000,00
	020107	Vestuário e artigos pessoais	59.000,00	10.000,00		69.000,00
	020115	Prêmios condecorações e ofertas	68.000,00	5.000,00		73.000,00
	020120	Material educação cultura e recreio	707.000,00	20.000,00		727.000,00
	0202	Aquisição serviços	3.710.500,00	145.000,00	190.000,00	3.665.500,00
	020201	Encargos instalações	2.040.500,00	120.000,00	120.000,00	2.040.500,00
	02020101	Electricidade	560.000,00	100.000,00		660.000,00
	02020102	Água	120.500,00	20.000,00		140.500,00
	02020103	Iluminação Pública	1.360.000,00		120.000,00	1.240.000,00
	020203	Conservação bens	140.000,00	25.000,00		165.000,00
	020210	Transportes	1.530.000,00		70.000,00	1.460.000,00
	07	Aquisição bens capital	19.745.308,15	230.420,80	230.420,80	19.745.308,15
	0701	Investimentos	19.745.308,15	230.420,80	230.420,80	19.745.308,15
	070103	Edifícios	5.696.909,55	50.420,80		5.747.330,35
	07010302	Instalações desportivas e recreativas	1.707.247,38	40.000,00		1.747.247,38
	07010305	Escolas	3.989.662,17	10.420,80		4.000.082,97
	070104	Construções diversas	14.048.398,60	180.000,00	230.420,80	13.997.977,80
	07010401	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	8.169.412,79		154.247,70	8.015.165,09
	07010404	Iluminação pública	182.253,33		76.173,10	106.080,23
	07010405	Parques e jardins	5.455.402,07	150.000,00		5.605.402,07
	07010412	Cemitérios	241.330,41	30.000,00		271.330,41
	08	Transferências capital	2.280.000,00	80.000,00	80.000,00	2.280.000,00
	0805	Administração local	660.000,00		80.000,00	580.000,00
	080501	Continente	660.000,00		80.000,00	580.000,00
	08050104	Associações de municípios	660.000,00		80.000,00	580.000,00
	0807	Instituições sem fins lucrativos	1.620.000,00	80.000,00		1.700.000,00
	080701	Instituições sem fins lucrativos	1.620.000,00	80.000,00		1.700.000,00
TOTAL ...			26.939.808,15	500.420,80	500.420,80	26.939.808,15
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES				190.000,00	190.000,00	
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				310.420,80	310.420,80	

Em ____ de ____ de ____ O Presidente da Câmara, _____ Os Vereadores: _____ 	Aprovada em reunião de _____
--	--

Reunião : ORDINÁRIA



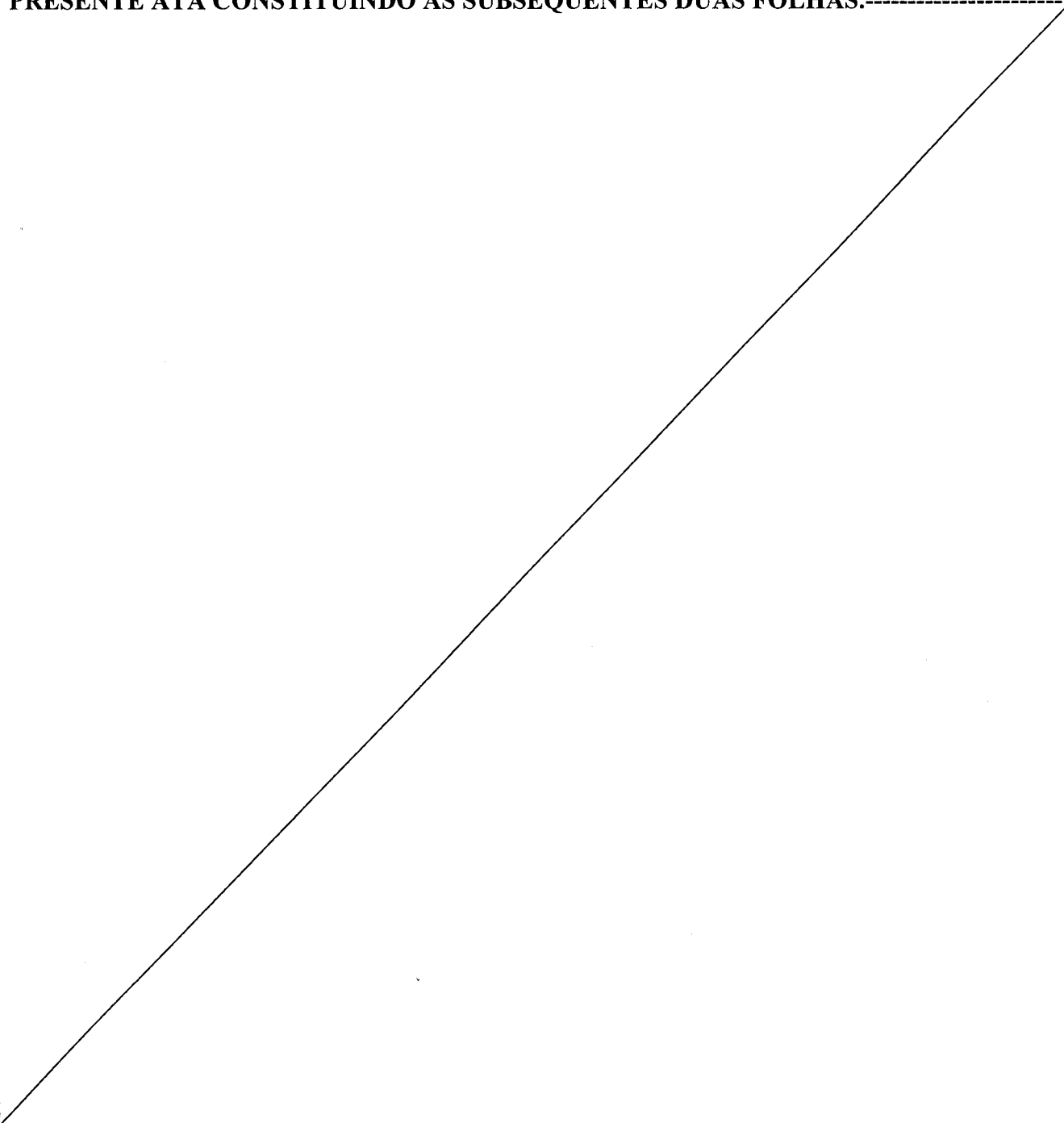
Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 24 Fl. 15
05 de dezembro de 2012

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05/DEZEMBRO/2012 – ATA Nº 24

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária (21/11/2012)
- 2 – 15ª Modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento da câmara municipal para 2012 – 3ª revisão ao PPI e ao Orçamento da Despesa e 1ª revisão ao Orçamento da Receita: Ratificação de despacho do presidente da câmara
- 3 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (Artigo 106º, n.º 2 da Lei 5/2004, de 10 de fevereiro): Fixação do percentual para o ano de 2013
- 4 – Declaração Ambiental prevista no ponto 7.1.1 do Relatório da Avaliação Ambiental do PDM: Aprovação
- 5 – Projeto de “Requalificação Urbana da Praça Camilo Castelo Branco e Espaços Adjacentes” – Aprovação do projeto de execução: Ratificação de despacho do presidente da câmara
- 6 – Minuta do contrato adicional (1º) à empreitada “Nave cultural na Fábrica do Teles – Santo Tirso”: Aprovação
- 7 – Adenda ao Contrato de Financiamento para a realização da operação com o código NORTE – 10 – 0241 – FEDER – 00341 designada por “Plano de Comunicação e Divulgação”: Ratificação
- 8 – Serviço Público de Abastecimento de água no concelho de Santo Tirso: Atualização do tarifário para o ano de 2013
- 9 - Proposta de alteração da Tabela de Preços dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso, relativos aos Serviços de Saneamento de águas residuais e recolha e gestão de resíduos sólidos
- 10 – Outros subsídios
- 11 – Pareceres prévios da câmara municipal relativos à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

17

A

B

12 – Processos de obras particulares e loteamentos

Santo Tirso, 30 de novembro de 2012

P/ O Presidente,

Castro Fernandes

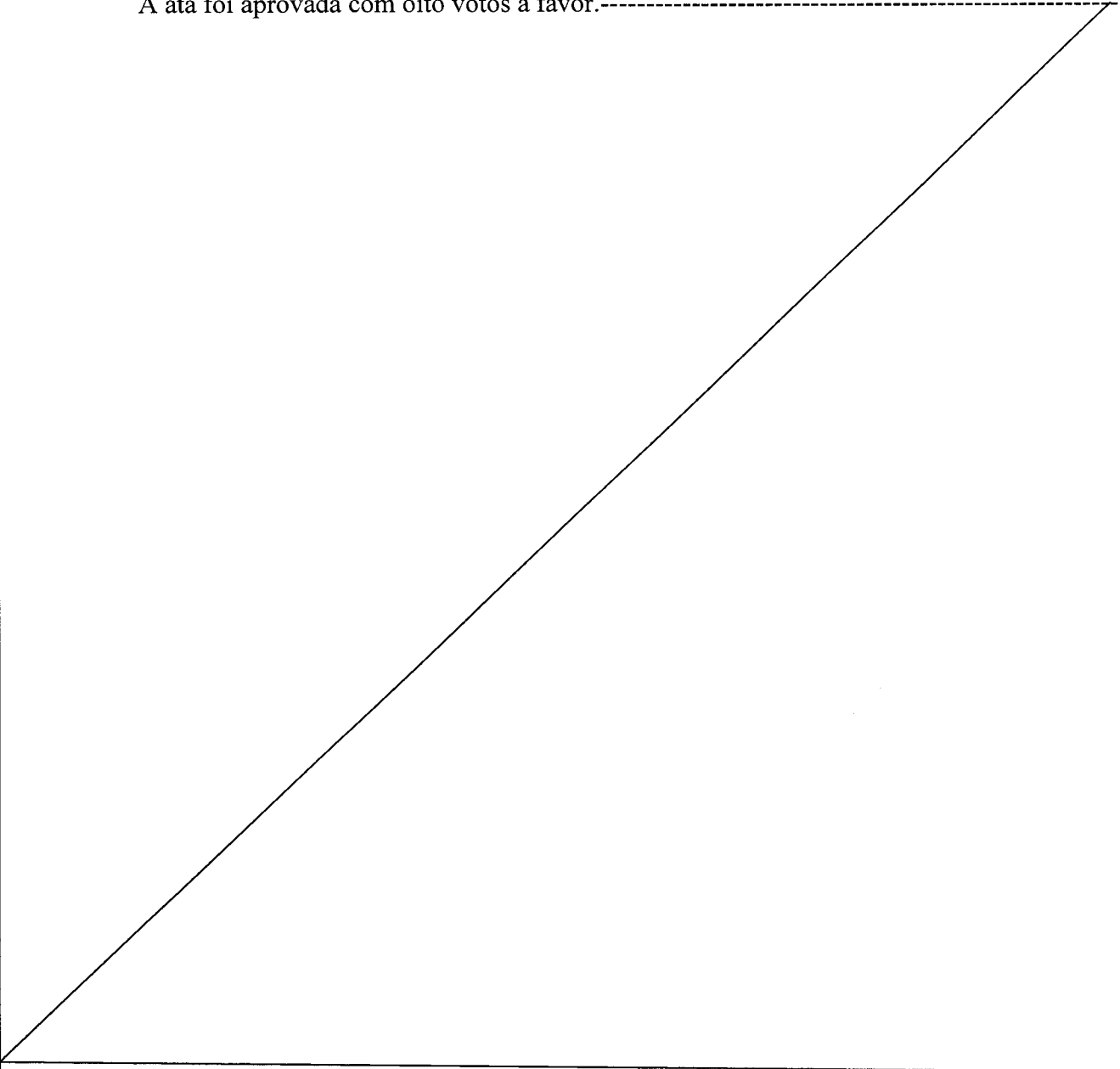


1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (21/11/2012).-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e um de novembro findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com oito votos a favor.-----





A

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

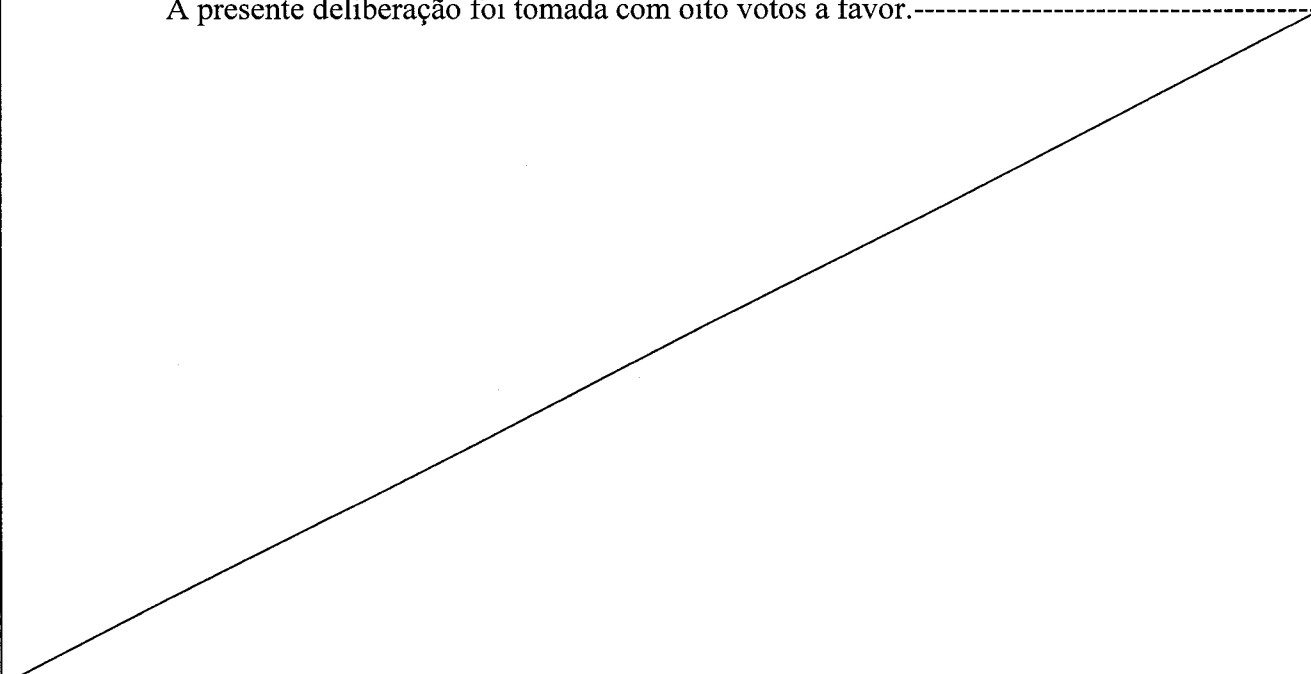
2. 15ª MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2012 – 3ª REVISÃO AO PPI E AO ORÇAMENTO DA DESPESA E 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente o despacho do presidente da câmara municipal de vinte e nove de novembro findo, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes nove folhas, que ao abrigo da competência excecional prevista no n.º 3 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de setembro, aprovou a 15ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento da câmara municipal para dois mil e doze, que consistiu na 3ª revisão ao PPI e ao Orçamento da Despesa e 1ª revisão ao Orçamento da Receita.-----

O senhor presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal.-----

A câmara deliberou ratificar o despacho anexo e submeter a referida 15ª Modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento da câmara municipal para dois mil e doze à aprovação da assembleia municipal, solicitando ao órgão deliberativo a ratificação do despacho do presidente da câmara com efeitos retroativos à data da sua emissão.-----

A presente deliberação foi tomada com oito votos a favor.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

20

15º Modificação às GOP E ORÇAMENTO/2012 – 3ª Revisão ao PPI e ao Orçamento da Despesa e 1ª Revisão ao Orçamento da Receita

António Alberto de Castro Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, decido, ao abrigo da competência excecional prevista no nº 3 do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de setembro, aprovar a 15ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento da câmara municipal para 2012, que consiste na 3ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento da Despesa e na 1ª revisão ao Orçamento da Receita, relativamente aos projetos referidos na informação da Divisão de Gestão Financeira, desta data, que se anexa ao presente despacho e dele fica a fazer parte integrante, e nos termos que constam do documento também anexo ao presente despacho e que dele fica igualmente a fazer parte integrante para todos os efeitos legais.

O presente despacho tem a seguinte fundamentação:

Consta do PPI aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de 19 de dezembro de 2011, o projeto denominado "Requalificação do Edifício da Piscina Municipal" (projeto/ação – 2/2011/39) com uma dotação inicial de 1 200 000,00 € (um milhão e duzentos mil euros), que veio a ser reforçada para 1 240 000,00 € (um milhão duzentos e quarenta mil euros) na sequência de posteriores alterações orçamentais;

O referido projeto não tem dotação inscrita no ano de 2013;

De facto, era previsível que a obra viesse a ter conclusão física e financeira até ao final do ano em curso;

No entanto, no decurso da obra foram surgindo algumas situações imprevistas, que motivaram a necessidade de aditar ao contrato trabalhos a mais e trabalhos para suprimento de erros e omissões do projeto, no valor global de 97 966,03 € (noventa e sete mil novecentos e sessenta e seis euros e três cêntimos), mais IVA;

Os trabalhos em causa tiveram início em 4 de outubro findo e o respetivo prazo de execução é de 60 dias, pelo que a data da conclusão financeira do referido projeto passa para 31/03/2013;

A inscrição de verba em ano não previsto no PPI inicial aprovado pela assembleia municipal, carece de autorização deste órgão, face ao disposto no artº 22º do D.L. 197/99, de 8 de Junho e artº 6º, nº 1, alínea c) da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro;

O respetivo contrato adicional tem que ser enviado para o Tribunal de Contas, para cumprimento do disposto no nº 2 do artº 47º da Lei 98/97, de 26 de agosto, no prazo de 60 dias a contar da data do início da execução daqueles trabalhos, ou seja, até ao próximo dia 4 de dezembro;

A próxima sessão ordinária da assembleia municipal é no dia 17 do próximo mês de dezembro, sendo muito difícil, em tempo útil, realizar uma sessão extraordinária do órgão deliberativo, acrescendo que tal circunstância acarretaria um acréscimo de despesas para o município;

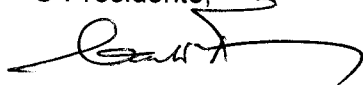
Aproveita-se ainda a oportunidade desta revisão para alterar de igual modo a data do fim de execução de outros projetos e incluir outros projetos no PPI de 2012, referidos na aludida informação técnica, por se ter verificado a necessidade de dar início à sua execução ainda no ano em curso.

Pelo que, ao abrigo da competência excecional prevista no artº 68º, nº 3, da Lei 169/99, de 18 de setembro, decido, em nome da câmara municipal, solicitar autorização à assembleia municipal para inscrição das verbas referidas na aludida informação técnica no ano económico de 2013, solicitando ainda ao órgão deliberativo a ratificação do presente despacho com efeitos retroativos à data da sua emissão.

Remeta-se à próxima reunião da câmara municipal para ratificação e envie-se cópia à Divisão de Gestão Financeira para os devidos efeitos.

Santo Tirso, 29 de novembro de 2012

O Presidente,



Castro Fernandes

Assunto: 15.ª Modificação às GOP e Orçamento/2012 – Revisão n.º 3 ao PPI, n.º 3 ao Orçamento de Despesas e n.º 1 ao Orçamento de Receitas

DESPACHO

2012/11/29
O Presidente
Castro Fernandes

INFORMAÇÃO

Data
2012.11.29

Alcina Oliveira

Alcina Oliveira

Chefe Divisão

O Plano Plurianual de Investimentos (P.P.I.), de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projetos e ação a realizar no âmbito dos objectivos estabelecidos pela autarquia local, que implicam despesas a realizar por conta de investimento.

Pelo n.º 8.3.2.2, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, sempre que se torne necessário incluir e ou anular projectos no Plano Plurianual de Investimentos, implica que seja efectuada uma revisão.

Assim, torna-se necessário alterar a data de fim de execução do projeto, dos seguintes projetos:

- "REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DA PISCINA MUNICIPAL", projeto do PPI de 2012 com o número 39/2011, para 31/03/2013 e dotar o ano 2012 em 80.297,64€, o ano 2013 em 23.546,35€.
- "PRU - NAVE MULTIUSOS E FRENTE RIO", projeto do PPI de 2012 com o número 30/2010, para 31/03/2013 e dotar ano 2012 em 72.501.88€, o ano 2013 em 64.645,16€.
- "NOVO EDIFÍCIO PSP-PROTOCOLO COM O MINISTÉRIO ADMINISTRAÇÃO INTERNA", projeto do PPI de 2012 com o número 159/2006, para 31/12/2014, dotar o ano 2012 em 89.188,40€, ano 2013 em 1.065.194,00€ e o ano 2014 em 532.597,00€. Com as seguintes fontes de financiamento: FC 80,0%, AC 10,0% e AA 5,0%.
- "ARRANJOS EXTERIORES AO EDIFÍCIO ESCOLAR PALMEIRA" projeto do PPI de 2012 com o número 28/2003, para 30/04/2013 e dotar o ano 2013 em 7.420,00€.
- "PARQUE DA RABADA - ÁREA DESPORTIVA" projeto do PPI de 2012 com o número 34/2010, para 31/12/2014, dotar o ano de 2012 em 3.180,00€, o ano 2013 em 1.696.000,00€ e o ano 2014 em 328.950,66€.

Incluir no Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2012 os seguintes projetos:

- "AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO DAS MARGENS RIO AVE, NA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PUMA", pelo valor de 255.694,59€ para o ano 2012, e para o ano de 2013 o montante de 94.788,00€.
- "LIGAÇÃO REDE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS À REDE PUBLICA EXISTENTE NA RUA SOUSA TREPA - SANTO TIRSO", pelo valor de 3.960,90€ para o ano de 2012, e para o ano de 2013 o montante de 500,00€.

A

Sendo que o montante total de 2012, 259.655,49€ utilizado na revisão ao orçamento de despesa em contrapartida do saldo de tesouraria do ano de 2011, conforme n.º 8.3.1.4, do POCAL.

Incluir no orçamento de receita a classificação orçamental 1110 – Alienação de partes sociais de empresas, com a dotação de 26.460,00€, e anulação do mesmo montante na classificação 090101 – Sociedades e quase-sociedades não financeiras.

N



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

24

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2012

MODIFICAÇÃO N.º 15

REVISÃO ORÇAMENTO DA DESPESA N.º3

REVISÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO N.º3

REVISÃO ORÇAMENTO DA RECEITA N.º1

novembro 2012

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES

Ano Contábil: 2012 Data Aprovação :

Página: 1


25

Tipo de Modificação : ROD - REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA						
				Número : 3		
Orgânica	Econômica	Plano	Designação (Econômica ou Plano)	Dotação Atual	Aumentos	Diminuições
02	070101		Terrenos	1.320.997,75	255.694,59	
02	07010302		Instalações desportivas e recreativas	1.747.247,38		16.123,24
02	07010305		Escolas	4.000.082,97		7.420,00
02	07010307		Outros	755.757,36	89.188,40	
02	07010402		Sistemas de drenagem de águas residuais		3.960,90	
02	07010405		Parques e jardins	5.605.402,07		64.645,16
02	07010406		Instalações desportivas e recreativas	368.072,00		1.000,00
Total de Aumentos/Diminuições:					348.843,89	89.188,40
Tipo de Modificação : ROR - REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA						
				Número : 1		
Orgânica	Econômica	Plano	Designação (Econômica ou Plano)	Dotação Atual	Aumentos	Diminuições
	090101		Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1.430.000,00		26.460,00
	1110		Alienação de partes sociais de empresas		26.460,00	
	160101		Na posse do serviço		259.655,49	
Total de Aumentos/Diminuições:					286.115,49	26.460,00
Tipo de Modificação : RPI - REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS						
				Número : 3		
Orgânica	Econômica	Plano	Designação (Econômica ou Plano)	Dotação Atual	Aumentos	Diminuições
02	07010305	2003 I 28	ARRANJOS EXTERIORES AO EDIFÍCIO ESCOLAR PALMEIRA	59.952,00		7.420,00
02	07010307	2006 I 159	NOVO EDIFÍCIO PSP-PROTOCOLO COM O MINISTÉRIO ADMIN	100,00	89.188,40	
02	07010405	2010 I 30	PRU - NAVE MULTIUSOS E FRENTE RIO	2.500.000,00		64.645,16
02	07010406	2010 I 34	PARQUE DA RABADA - ÁREA DESPORTIVA	33.072,00		1.000,00
02	07010302	2011 I 39	REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DA PISCINA MUNICIPAL	1.240.000,00		16.123,24
02	07010402	2012 I 22	LIGAÇÃO REDE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS À REDE PU		3.960,90	
02	070101	2012 I 23	AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO		255.694,59	
Total de Aumentos/Diminuições:					348.843,89	89.188,40
Total Geral :					983.803,27	204.836,80

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1
CM S TIRO		MODIFICAÇÃO NUMERO: 15	REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA	NUMERO 3	DO ANO CONTABILISTICO DE 2012	DATA DE APROVAÇÃO
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DESPESA				
CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÃO	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	B S
ORGÂNICA	ECONÔMICA		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
DESCRIÇÃO		ANTERIOR				
02						
	07					
	0701					
	070101					
	070103					
	07010302					
	07010305					
	07010307					
	070104					
	07010402					
	07010405					
	07010406					
TOTAL ...		13.797.559,53	348.843,89	89.188,40	14.057.215,02	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES						
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...			348.843,89	89.188,40		

Em ____ de ____ de ____	Aprovada em reunião de ____
O Presidente da Camara, 	
Os Vereadores:	
_____	_____
_____	_____
_____	_____

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA				Página: 1
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NUMERO : 15	REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA	NUMERO 1	DO ANO CONTABILISTICO DE 2012	DATA DE APROVAÇÃO
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DOTAÇÕES DA RECEITA				27
CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	OBSERVAÇÕES
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
09	Vendas bens investimento	1.430.000,00		26.460,00	1.403.540,00	
0901	Terrenos	1.430.000,00		26.460,00	1.403.540,00	
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1.430.000,00		26.460,00	1.403.540,00	
11	Activos financeiros		26.460,00		26.460,00	
1110	Alienação de partes sociais de empresas		26.460,00		26.460,00	
16	Saldo da gerencia anterior		259.655,49		259.655,49	
1601	Saldo orçamental		259.655,49		259.655,49	
160101	Na posse do serviço		259.655,49		259.655,49	
TOTAL ...		1.430.000,00	286.115,49	26.460,00	1.689.655,49	

TOTAL DE RECEITAS CORRENTES

TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL ...

TOTAL DE OUTRAS RECEITAS

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

ENTIDADE

MODIFICAÇÃO NÚMERO : 15 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2012
REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 3

DATA DE APROVAÇÃO

28

A

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)				DOTAÇÃO SEGUINTE				
						ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE		ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE		
						TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2013	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2013	SEGUINTE
1.		Funções gerais				100,00	100,00		89.186,40		1.065.194,00	532.597,00	89.288,40	89.288,40		1.065.194,00	532.597,00
1.2.		Segurança e ordem pública				100,00	100,00		89.186,40		1.065.194,00	532.597,00	89.288,40	89.288,40		1.065.194,00	532.597,00
1.2.1.		Protecção civil e luta contra incêndios				100,00	100,00		89.186,40		1.065.194,00	532.597,00	89.288,40	89.288,40		1.065.194,00	532.597,00
1.2.1.1.	01	NOVO EDIFÍCIO PSP-PROTÓCOLO COM O MINISTÉRIO ADMINISTRAÇÃO INTERNA	DPH	02	07010307	100,00	100,00		89.186,40		1.065.194,00	532.597,00	89.288,40	89.288,40		1.065.194,00	532.597,00
2.		Funções sociais			231.319,68	3.833.024,00	3.833.024,00	1.068.268,00	170.467,89		818.631,51	328.950,66	4.003.491,09	4.003.491,09		1.886.899,51	328.950,66
2.1.		Educação				59.952,00	59.952,00		-7.420,00		7.420,00		52.532,00	52.532,00		7.420,00	
2.1.1.		Ensino não superior				59.952,00	59.952,00		-7.420,00		7.420,00		52.532,00	52.532,00		7.420,00	
2.1.1.1.	10	ARRANJOS EXTERIORES AO EDIFÍCIO ESCOLAR PALMEIRA	DPH/DOM	02	07010305	59.952,00	59.952,00		-7.420,00		7.420,00		52.532,00	52.532,00		7.420,00	
2.4.		Habituação e serviços colectivos			147.606,49	2.500.000,00	2.500.000,00		-60.684,26		65.145,16		2.439.315,74	2.439.315,74		65.145,16	
2.4.6.		Protecção do meio ambiente e conservação da natureza			147.606,49	2.500.000,00	2.500.000,00		-60.684,26		65.145,16		2.439.315,74	2.439.315,74		65.145,16	
2.4.6.1.	05	PMD - NAVE MULTÍTIPOS E FREMTE RIO	DPH/DOM	02	07010405	147.606,49	2.500.000,00	2.500.000,00	-60.684,26		65.145,16		2.439.315,74	2.439.315,74		65.145,16	
2.4.6.2.	04	LIGAÇÃO REDE OSMOSEM DE AGUAS RESIDUAIS À REDE PÚBLICA EXISTENTE NA RUA SOUSA TIRFO - SANTO TIRESO	SHAES/DOM	02	07010402				3.960,90		500,00		3.960,90	3.960,90		500,00	
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos			83.713,19	1.273.072,00	1.273.072,00	1.068.268,00	238.571,35		746.066,35	328.950,66	1.511.643,35	1.511.643,35		1.814.334,35	328.950,66
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer			83.713,19	1.273.072,00	1.273.072,00	1.068.268,00	238.571,35		746.066,35	328.950,66	1.511.643,35	1.511.643,35		1.814.334,35	328.950,66
2.5.2.1.	05	PARQUE DA BARADA - ÁREA DESPORTIVA	DPH/DOM	02	07010406	3.505,50	33.072,00	33.072,00	-1.000,00		627.732,00	328.950,66	32.072,00	32.072,00		1.696.000,00	328.950,66
2.5.2.2.	02	REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DA PISCINA MUNICIPAL	DPH/DOM	02	07010302	80.207,69	1.240.000,00	1.240.000,00	-16.123,24		23.546,35		1.223.876,76	1.223.876,76		23.546,35	
2.5.2.3.	03	AQUISIÇÃO DE TERREJOS PARA AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO DAS MARGENS DO RIO AVE, NA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO POMA	DA	02	070101				255.694,59		94.788,00		255.694,59	255.694,59		94.788,00	
TOTAL ...					231.319,68	3.833.124,00	3.833.124,00	1.068.268,00	259.655,89		1.892.825,51	861.547,66	4.092.779,49	4.092.779,49		2.952.093,51	861.547,66

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____



3. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (ARTIGO 106º, N.º 2, DA LEI 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO): FIXAÇÃO DO PERCENTUAL PARA O ANO DE 2013

Presente informação da diretora do departamento administrativo, de trinta de novembro findo, registada com o número II_1080/2012, sobre o assunto acima referido.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

A Lei nº 5/2004, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas, dispõe, no nº 2 do artigo 106º que *“Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP)”*;-----

Por sua vez, o n.º 1 do artigo 12º do Decreto-Lei 123/2009, de 21 de maio, que estabelece o regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas, à instalação de redes de comunicações eletrónicas e à construção de infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações, conjuntos de edifícios e edifícios, dispõe que *“Pela utilização e aproveitamento dos bens do domínio público e privado municipal, que se traduza na construção ou instalação, por parte de empresas que ofereçam redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público de infraestruturas aptas ao alojamento de comunicações eletrónicas, é devida a taxa municipal de direitos de passagem, nos termos do artigo 106º da Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pela Lei 5/2004, de 10 de fevereiro, não sendo permitida a cobrança de quaisquer outras taxas, encargos ou remunerações por aquela utilização e aproveitamento”*.-----

A referida taxa é determinada com base na aplicação de um percentual sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do correspondente município;-----



Aquele percentual é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%;-----

Tem vindo a assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, a estabelecer anualmente a cobrança daquela taxa e a estabelecer em 0,25 % o percentual a aplicar sobre as faturas emitidas pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo;-----

Apesar dos municípios não disporem de mecanismos eficazes de controlo da respetiva receita, entendemos que deve ser mantida no ano de dois mil e treze a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, quer por uma questão de principio, já que esta taxa pretende ser, de acordo com o que resulta da Lei das Comunicações Eletrónicas, e do DL 123/2009, de 21 de maio, a contraprestação pecuniária devida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, pela utilização do domínio público ou privado do município, quer porque é necessário melhorar o nível de financiamento da autarquia, como forma de permitir uma melhor satisfação das necessidades da população do concelho;-----

Face ao exposto, proponho:-----

A) Que a câmara municipal, no exercício da competência prevista na alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de setembro, delibere propor à assembleia municipal que, ao abrigo do nº 2 do artigo 106º da referida Lei 5/2004, e alínea e) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, delibere manter a existência da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), fixando, para o ano de 2013, em 0,25% o percentual a aplicar sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo.-----

B) Sem prejuízo da proposta constante da alínea A) anterior, propõe-se ainda que a assembleia municipal delibere solicitar à Assembleia da República a alteração da referida Lei 5/2004, de 10 de fevereiro, para que, nomeadamente:-----

a) A TMDP passe a ser suportada diretamente pelas operadoras de telecomunicações e

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 24 Fl. 31
05 de dezembro de 2012

não pelos consumidores;-----

b) Sejam previstas sanções para as empresas que, desrespeitando o artigo 106º, não efetuem o respetivo pagamento aos municípios.-----

As propostas foram aprovadas com oito votos a favor.-----





4. DECLARAÇÃO AMBIENTAL DA 1ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL SANTO TIRSO – ARTIGO 151º-A DO DECRETO-LEI 380/99, DE 22 DE SETEMBRO.-----

Presente informação do Departamento de Planeamento e Habitação, de vinte de novembro findo, a remeter a declaração ambiental prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 10º do Decreto-Lei 232/2007, de 15 de junho e artigo 151º-A do Decreto-Lei 380/99, relativa à 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso, publicada no Diário da República, 2ª série, de 18 de janeiro de 2011, tendo sido objeto de posteriores correções materiais e alterações por adaptação, também publicadas no Diário da República.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a referida Declaração Ambiental nos termos do documento anexo à aludida informação, do qual se anexa cópia à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui a Declaração Ambiental da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Santo Tirso, exigência legal prevista no artigo 151º-A do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro e no artigo 10º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho.

A 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso foi publicada na 2ª Série do Diário da República de 18 de janeiro de 2011, pelo Aviso nº1858/2011, tendo sido alvo de posteriores correções materiais e alterações por adaptação, também publicadas na 2ª Série do Diário da República, pelos Avisos nº 6436/2011, 11673/2011, 13810/2011 e 12141/2012 e pela Declaração nº 186/2012.

1.1. Enquadramento legal

O Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho, que transpõe para a ordem jurídica interna as Diretivas nºs 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, refere, na alínea a) do nº 1 do artigo 3º, que estão sujeitos a Avaliação Ambiental “os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos...”.

Posteriormente, o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), estabelecido pelo Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, através das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de setembro, passou a integrar a Avaliação Ambiental, adaptando as disposições do Decreto-Lei nº 232/2007 aos planos e programas abrangidos por este regime.

De acordo com a alínea c) do nº 2 do artigo 86º do RJIGT, o PDM é acompanhado de Relatório Ambiental, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos.

Após a publicação do PDM no Diário da República, a Câmara Municipal, entidade competente pela respetiva elaboração, envia à Agência Portuguesa do Ambiente a Declaração Ambiental, contendo os elementos referidos no artigo 10º do Decreto-Lei nº 232/2007, conforme estabelecido no artigo 151º-A do RJIGT.

2. DECLARAÇÃO AMBIENTAL

A Declaração Ambiental é estruturada de acordo com o nº1 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho.

2.1 Forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados na Revisão do PDM

A Avaliação Ambiental (AA) é por definição (artigo 2º do Decreto-Lei 232/2007 de 15 de junho) “a identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultante de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração do plano...”.

Quando o processo da AA se iniciou, já o processo da 1ª revisão do PDM de Santo Tirso estava em fase de conclusão, tendo a proposta de plano sido entregue à Comissão Técnica de acompanhamento para efeitos de parecer final em 2 de Julho de 2008.

Neste contexto e estando o processo de elaboração da revisão do PDM encerrado, a capacidade da AA influenciar a decisão estratégica ficou comprometida. Não tendo sido possível elaborar a AA desejável, fez-se a praticável, mais aproximada de uma metodologia AIA, focada nos resultados e atuando sobre as soluções propostas, do que de uma metodologia estratégica, focada no conceito, na estratégia de abordagem, que atua sobre o processo e auxilia na conceção. No entanto, as questões relacionadas com os efeitos ambientais foram tomadas em consideração durante a elaboração do plano de um modo contínuo, assegurado pela integração das considerações biofísicas, económicas, sociais e políticas relevantes no seu decurso, resultado da equipa multidisciplinar responsável pela elaboração do plano.

Para a elaboração da AA da proposta de revisão do PDM de Santo Tirso, seguiram-se as orientações do “Guia de boas práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas” (2007) da Agência Portuguesa do Ambiente.

Numa 1ª fase procedeu-se à definição do âmbito da AA, que resultou no Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD). Nessa fase procedeu-se à identificação e entendimento do objeto de avaliação e à definição dos FCD.

Os FCD estruturaram a avaliação estratégica e decorreram do contexto e da escala em que a AAE foi realizada. Os FCD foram identificados em função da integração dos seguintes elementos:

- **Quadro de Referência Estratégico (QRE)** para a AA, com as macro orientações de política nacional, europeia e internacional, e os objetivos e metas de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e de sustentabilidade;

- **Questões Estratégicas (QE)** fundamentais, que traduzem os objetivos estratégicos do plano e o seu potencial com implicações ambientais:
- **Fatores Ambientais (FA)** pertinentes para a avaliação, selecionados em face do alcance e da escala do objeto de avaliação. Definem-se com base nos fatores ambientais estabelecidos pelo DL n.º 232/2007, de 15 de Junho.

Em suma, identificaram-se as orientações nacionais e internacionais em matéria de ambiente e sustentabilidade, que foram cruzadas com as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Santo Tirso. Este cruzamento permitiu a seleção de um conjunto de fatores ambientais e de sustentabilidade. Definiram-se ainda as autoridades competentes e o público relevante para envolvimento e participação no processo de AA.

Em resultado da metodologia descrita identificaram-se os seguintes Fatores Críticos para a Decisão (FCD), tendo-se definido para cada um deles os critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores:

- **Governança** – contributo do PDM para uma melhor governança de acordo com os cinco princípios do Livro Branco da UE sobre Governança Europeia: abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência;
- **Paisagem e património cultural** – contributo do PDM para a preservação e valorização da paisagem e património cultural, elementos importantes para a identidade local;
- **Biodiversidade** – influência do PDM ao nível da biodiversidade, nomeadamente os impactes da alteração da Reserva Ecológica Nacional, desafetações da Reserva Agrícola Nacional, proposta de Estrutura Ecológica Municipal e a fragmentação de habitats;
- **Riscos naturais** – contributo do PDM para a prevenção e minimização de riscos naturais, nomeadamente cheias, incêndios florestais e erosão dos solos;
- **Saúde humana** – contributo do PDM para a adoção de hábitos de vida saudáveis e aumento da qualidade de vida com repercussões na saúde.

Na 2ª fase utilizou-se a seguinte metodologia:

- **Análises das principais tendências ligadas aos FCD** - Efetuaram-se diagnósticos adaptados à escala de análise e avaliação, atendendo aos problemas ambientais pertinentes (relevantes) para o plano. Foram analisadas as principais tendências em três momentos: passado histórico, situação atual e tendências futuras. A avaliação das tendências futuras considerou os cenários de planeamento e contemplou as tendências de evolução na ausência do plano.

Avaliar oportunidades e riscos - A avaliação das oportunidades e riscos adotou como referencial o Quadro de Referência Estratégico, recorrendo à análise SWOT.

Propor diretrizes de planeamento ou programação, monitorização, gestão e avaliação - As diretrizes destinadas a prevenir e evitar ou reduzir os efeitos adversos foram estabelecidos para cada FCD identificando temas para o programa de seguimento.

2.2 Observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7º e os resultados da respetiva ponderação

Foram solicitados pareceres sobre do Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão às entidades com responsabilidades ambientais específicas às quais possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano, ou seja, a Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., o Instituto da Água, I. P., a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte e a Administração Regional de Saúde Norte. Apenas não responderam à solicitação o Instituto da Água (o parecer da CCDR-N engloba a posição da futura Administração de Região Hidrográfica).

A participação do público em geral foi garantida através da disponibilização na Internet do Relatório de Fatores Críticos, no entanto, não foi obtida qualquer participação espontânea.

As principais considerações dos pareceres solicitados sobre do Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão, e que posteriormente foram integradas no RA, são analisadas no quadro abaixo apresentado.

Entidade	Data	Principais comentários	Ponderação da equipa
CCDRN	27/02/08	"Entende-se que o Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) deveria ter sido considerado e analisado na construção do próprio referencial de enquadramento"	O PNAC foi incluído no Quadro de Referência Estratégico, reformulando-se o referencial de enquadramento
		"Discorda-se da opção de excluir os factores climáticos da avaliação a efectuar"	Os factores climáticos foram avaliados
		"No critério cheias deve ser considerada a drenagem das águas pluviais para as linhas de água"	Não se considera a escala do PDM adequada para este tipo de avaliação
		"No QRE deveria ser considerado o PEAASAR II)"	O QRE passou a incluir o PEAASAR II
		"Deveriam ser revistas as intensidades das ligações apresentadas nas tabelas de interacção entre os objectivos da proposta de revisão do PDM e os vários documentos do QRE"	Foram revistas as intensidades das ligações
		"Faria sentido prever um reforço da fase de seguimento"	Foram identificados indicadores de monitorização
		"A tabela 8 deveria igualmente ser revista"	A tabela 8 foi revista
ICBN	12/03/08	"A área do PDM em causa não coincide com território classificado não sendo expectáveis impactos significativos em áreas sensíveis"	-----
APA	22/02/08	"A entidade melhor vocacionada para emitir o parecer solicitado em virtude das suas atribuições regionais é a CCDDR com jurisdição na área, pelo que junto devolvemos o referido relatório"	-----
ARSN	07/03/2008	"Os principais problemas ambientais existentes no concelho não são claramente identificados e assumidos"	A análise do passado histórico e situação actual dos FCD fazem parte da 2ª fase da AAE, e não da 1ª (relatório dos FCD)
		"Parece-nos de salientar os problemas de poluição associados aos principais efluentes que atravessam o concelho"	Um dos critérios avaliados foi o saneamento básico, directamente relacionado com a poluição das linhas de água

Quadro 1 – extraído do Relatório Ambiental pág. 117

Posteriormente foi elaborado o Relatório Ambiental e respetivo Resumo não técnico que, conjuntamente com a proposta da 1ª Revisão do PDM de Santo Tirso foi sujeito a Discussão Pública. Esta teve a duração de 30 dias úteis,

com início a 14 de Dezembro de 2009, sendo apresentadas 290 participações durante este período, mas nenhuma incidiu sobre questões relacionadas com a AA.

2.3 Resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8º

O Decreto-lei 232/2007, de 15 de Junho, prevê a consulta de Estados membros da União Europeia, segundo o nº 1., do artigo 8º do Decreto-lei 232/2007, "Sempre que o plano ou programa em elaboração seja suscetível de produzir efeitos significativos no ambiente de outro Estado membro...".

No entanto, face à localização restrita, a revisão do PDM de Santo Tirso não é suscetível de produzir efeitos significativos no ambiente de outros países da União Europeia, pelo que não foi realizada a consulta acima referida.

2.4 Razões que fundaram a aprovação da 1.ª revisão do PDM à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração

Uma vez que a AA do PDM se iniciou após a conclusão da proposta final do plano, não foi possível a utilização de cenários de futuros possíveis nem a consideração de opções e alternativas para atingir os objetivos propostos.

2.5 Medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11º

De acordo com o disposto no nº1, do artigo 11º do Decreto-lei 232/2007, de 15 de junho, "as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respectiva aplicação e execução, verificando a adopção de medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos imprevistos."

As medidas de controlo e avaliação dos planos, de acordo com o previsto na alínea h) do nº1 do artigo 6º do referido diploma, encontram-se descritas no Relatório Ambiental. No entanto e depois de analisados os indicadores propostos no referido relatório, optou-se por adaptar os mesmos, mantendo a sua estrutura, quer ao nível dos fatores críticos para a decisão, quer ao nível dos critérios e objetivos de sustentabilidade, de modo a conferir-lhes uma maior operacionalidade.

Assim, a avaliação das consequências ambientais da aplicação do PDM e da evolução dos objetivos de sustentabilidade definidos serão acompanhados pela aferição dos indicadores de monitorização constante anexo I.

O Presidente da Câmara Municipal

Castro Fernandes

ANEXO I – Quadro dos indicadores de monitorização

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Metas	Periodicidade	Fonte
Governança	Participação	Fomentar a participação pública	N.º de participações por tipologia de agentes envolvidos	↗	Anual	CM Santo Tirso
	Transparência	Facilitar o acesso à informação	N.º de participações/sugestões pela Linha azul	↗	Anual	PM
	Eficácia	Simplificação e desmaterialização de processos	N.º de acessos ao site da CM	↗	Semestral	GAP
	Coerência	Aumentar o rigor das localizações e, consequentemente, da delimitação dos espaços	N.º de utilizações de serviços on-line da CM	↗	Semestral	GAP
	Responsabilização	Partilha de responsabilidade	N.º de atrasos na disponibilização de informação urbanística no Site	↘	Anual	DOTIG
Paisagem e Património Cultural	Património arquitetónico e arqueológico	Preservação e valorização do património arquitetónico e arqueológico	N.º de sessões públicas (Ambiente e Ordenamento do Território)	↗	Anual	CM Santo Tirso
			N.º Imóveis/Sítios classificados ou em vias de classificação	↗	Anual	DPM
			N.º Imóveis inventariados para classificação	↗	Anual	DPM
	Identidade	Reforço da identidade do território Proteger o carácter e a diversidade da paisagem	N.º Imóveis/Sítios classificados ou inventariados, alvo de ações de valorização	↗	Anual	DOP
			N.º de ações de valorização de núcleos rurais e de outros elementos construídos ou naturais constituintes da paisagem	↗	Anual	DPAPC

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Meta a atingir	Periodicidade	Fonte	
Biodiversidade	Floresta	Controlar as monoculturas de espécies de rápido crescimento e as invasoras lenhosas	Nº de ações de sensibilização	↗	Anual	DPAPC	
		Proteção das espécies florestais autóctones e das folhosas de folha caduca	Nº de árvores plantadas de espécies florestais autóctones ou de folhosas de folha caduca	↗	Anual	DPAPC	
			Área abrangida por projetos de reforestação (ha)	↗	Anual	DPAPC	
	Solo	Salvaguarda dos solos pedologicamente evoluídos	Área de Reserva Agrícola Nacional (ha)		Anual	DOTIG/ERRAN	
		Racionalizar a expansão urbana	Nº e tipo de autorizações não agrícolas de áreas RAN	↙	Anual	DOP/ERRAN	
	Fragmentação de ecossistemas		Nº de novas construções fora de solo urbano	↙	Anual	DOP	
		Evitar a fragmentação de habitats e promover a obtenção do <i>continuum naturale</i>	Extensão novas vias pavimentadas em solo rural e EEM (ml)	↙	Anual	DOM	
			Extensão de vias arborizadas em EEM (ml)	↗	Anual	DPAPC/DOP	
	Riscos / Proteção Civil	Cheias	Minimizar os impactos das cheias	Nº de edifícios novos em áreas inundáveis	↙	Anual	DOP
				Nº de cheias em solo urbano	↙	Anual	DPAPC/ANPC
Nº de cheias em solo rural				↙	Anual	DPAPC/ANPC	
Incêndios Florestais		Reduzir o n.º de ignições Reduzir a área ardida	Nº de ocorrências em solo urbano	↙	Anual	DPAPC/ICNF	
			Nº de ocorrências em solo rural	↙	Anual	DPAPC/ICNF	
			Nº de edifícios afetados em ocorrências	↙	Anual	DPAPC/ANPC	
			Extensão da Rede viária florestal complementar (ml)	↗	Anual	DPAPC	
			Área Florestal percorrida por incêndio (ha)	↙	Anual	DPAPC/ICNF/GNR	

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Meta a atingir	Periodicidade	Fonte
Riscos / Proteção Civil	Erosão dos solos	Prevenir a erosão dos solos	Nº de acidentes registados dentro das áreas propícias à ocorrência de movimentos de vertentes*	↘	Anual	DPAPC/ANPC
			Nº de acidentes registados fora das áreas propícias à ocorrência de movimentos de vertentes*	↘	Anual	DPAPC/ANPC
			Nº de novos edifícios dentro das áreas propícias à ocorrência de movimentos de vertentes*	↘	Anual	DOP
Saúde humana	Atmosfera	Redução das emissões de Gases de Efeito de Estufa	Nº de dias em que o limite dos valores para a qualidade do ar é ultrapassado	↘	Anual	CCDR N
	Espaços verdes	Aumentar a captação dos verdes de utilização coletiva	Área de jardins e parques de utilização coletiva por habitante (m2/h)	↗	Anual	DPAPC/DEP
			Dotação de habitantes por tipologia		Anual	DD
	Desporto	Fomento da prática desportiva informal	Índice de utilização dos equipamentos desportivos por tipologia	Aprox. da dotação	Anual	DD
			Extensão de Percursos pedonais e cicloviárias (ml)	↗	Anual	DD
			Novas áreas para a prática de desporto informal (ha)	↗	Anual	DD
			Nº de fogos ligados à rede pública de saneamento	↗	Anual	SMAES
	Infraestruturas de saneamento básico e abastecimento de água	Programar as áreas urbanas tendo em conta as redes existentes e programadas Localização das novas áreas industriais em locais servidos pelo SIDVA Otimização das redes	Nº de fogos ligados à rede pública de abastecimento de água	↗	Anual	SMAES
			Nº totais de fogos no concelho		Anual	INE

*Definidas no PM Emergência e Proteção Civil

ANEXO II – Siglas e abreviaturas

AA	Avaliação Ambiental
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ARSN	Administração Regional de Saúde Norte
CCDR N	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte
CM	Câmara Municipal
DA	Declaração Ambiental
DOP	Divisão de Obras Particulares
DOTIG	Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica
DPAPC	Divisão de Planeamento Ambiental e Proteção Civil
DPM	Divisão de Património e Museus
ER RAN	Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional
FA	Fatores Ambientais
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
GAP	Gabinete de Apoio Pessoal
GNR	Guarda Nacional Republicana
IA	Instituto da Água
ICNB	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
PM	Polícia Municipal
PNAC	Plano Nacional para as Alterações Climáticas
PDM	Plano Diretor Municipal
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
RA	Relatório Ambiental
RIJGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial



5. PROJETO DE “REQUALIFICAÇÃO URBANA DA PRAÇA CAMILO CASTELO BRANCO E ESPAÇOS ADJACENTES” – APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente o projeto de execução relativo à Requalificação Urbana da Praça Camilo Castelo Branco e espaços adjacentes, cujo Estudo Prévio foi aprovado por esta câmara municipal em reunião de vinte e oito de março último (item três da respetiva ata).-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de vinte e dois de novembro findo, que aprovou o referido Projeto, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes seis folhas.-----

A câmara deliberou, com cinco votos a favor, ratificar o aludido despacho.-----

Abstiveram-se os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata entenderam não subscrever o despacho do senhor presidente relativo à aprovação do projeto de execução da “Requalificação Urbana da Praça Camilo Castelo Branco e espaços adjacentes” pelas seguintes razões:-----

A quando da reunião de câmara em que este assunto foi objeto de discussão, os vereadores do Partido Social Democrata sugeriam que por força da intervenção estrutural subjacente à Requalificação da Praça Camilo Castelo Branco que o projeto fosse discutido com os interessados, ou seja, com as populações residentes e com os agentes económicos sedeados naquela zona da cidade, suscitando obviamente a sua participação e envolvimento num projeto que terá forte impacto no futuro da cidade. Lamentavelmente essas diligências não foram feitas e portanto é mais uma obra que avançará sem o envolvimento dos cidadãos.-----

Segunda razão: Os vereadores do Partido Social Democrata entendem que as obras de requalificação podem ser úteis e a que consta neste ponto da ordem de trabalhos também poderá vir a sê-lo, mas em nome do interesse da cidade e das suas populações, acham que devem ser estabelecidas



prioridades e que outras zonas da cidade, nomeadamente a Rua Ferreira de Lemos e a Rua Comendador António Maria Lopes (para quem não conhece, a rua onde se situa a Fábrica do Arco), duas vias estruturantes da cidade e até do concelho, deveriam constituir uma prioridade. A câmara entendeu inverter as prioridades e por isso os vereadores do Partido Social Democrata foram obrigados a abster-se”.-----

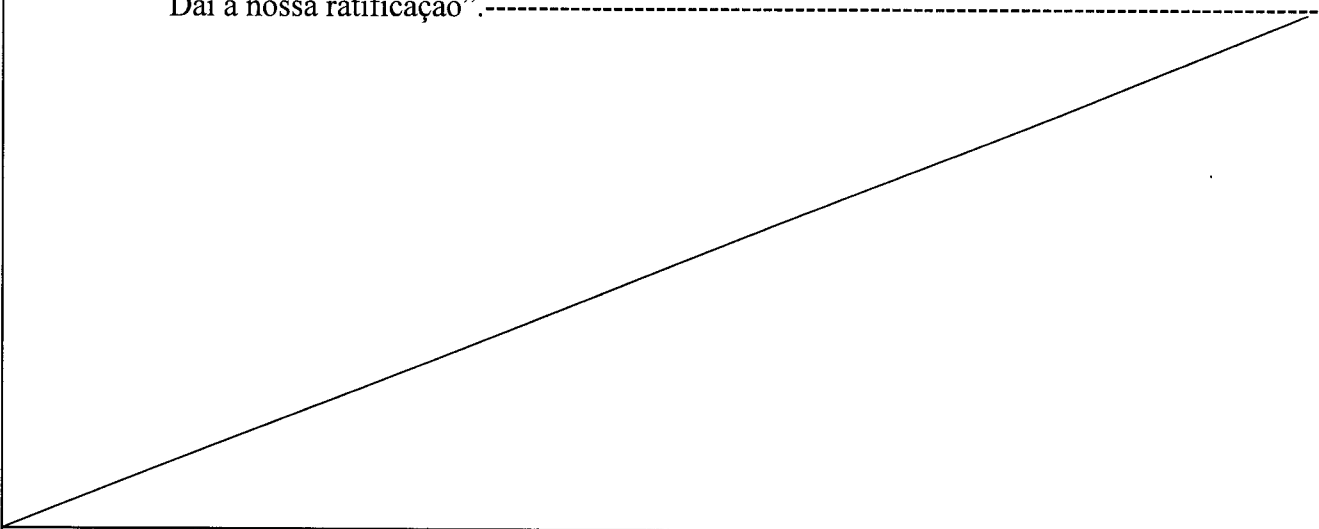
Seguidamente pelo senhor presidente e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“A aprovação global do desenho urbano para a Praça Camilo Castelo Branco foi feita nesta câmara municipal em sessão pública. Desse mesmo desenho urbano foi dado público conhecimento na imprensa local sem que tenha sido apresentada qualquer reclamação ou proposta de alteração. Por isso mesmo se avançou para o projeto de execução que hoje aqui aprovamos dentro das prioridades decididas pela câmara municipal.-----

Muitas outras obras há para fazer mas, num momento em que a Reprogramação Financeira do Q.R.E.N. cortou só à Área Metropolitana do Porto obras da ordem dos sessenta milhões de euros é muito difícil avançar com todas as obras ao mesmo tempo.-----

Uma coisa é certa: aprovar o projeto da rotunda alongada, na Praça Camilo Castelo Branco, no principal acesso da auto-estrada ao centro da cidade é uma clara prioridade na sequência da Operação Inventar a Cidade que ficou completada com a obra da Rua Nuno Álvaro Pereira.-----

Daí a nossa ratificação”.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

45

DESPACHO

“Projeto de Requalificação Urbana da Praça Camilo Castelo Branco e Espaços Adjacentes” – Aprovação do projeto de execução

Engº António Alberto de Castro Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, decido, ao abrigo da competência excecional prevista no nº 3 do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de setembro, aprovar o projeto de execução acima referido.

O presente despacho tem a seguinte fundamentação:

O projeto em causa foi entregue nesta câmara municipal no dia 21 do corrente mês de novembro;

Conforme informação técnica do Diretor do Departamento de Planeamento e Habitação, da mesma data, anexa ao presente despacho e que dele fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, o projeto cumpre o solicitado pela câmara municipal e está devidamente instruído;

A estimativa orçamental para a intervenção prevista no projeto é de 1 601 488,00 € (um milhão seiscientos e um mil quatrocentos e oitenta e oito euros), pelo que a competência para aprovação do projeto é da câmara municipal;

A próxima reunião ordinária da câmara municipal está agendada para o dia 5 do próximo mês de dezembro, sendo urgente, no entanto, a aprovação do projeto em causa, de modo a poder ser realizada despesa no âmbito da candidatura “POVT-15-0142-FEDER-000023 - “Animação e Gestão do Espaço Público – Inventar a cidade”, na qual está incluída a ação prevista no PPI com o código 54/2006/120 – “Requalificação Urbana da Cidade de Santo Tirso – Praça Camilo Castelo Branco”, sob pena do município correr o risco de perder participações já aprovadas;

Não se mostra possível, em tempo útil, reunir extraordinariamente a câmara municipal, já que devem ser apresentados comprovativos da despesa realizada até ao dia 23 do corrente mês de novembro.

Face ao exposto, aprovo o projeto em causa.

Remeta-se à próxima reunião da câmara municipal para ratificação e dê-se conhecimento ao DPH e DGF para os devidos efeitos.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Santo Tirso, 22 de novembro de 2012

O Presidente,

Castro Fernandes

46

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E HABITAÇÃO

Referência externa

Registos N.ºs
11649 e 11647

Data de Entrada
2012-11-21

Origem
Externo

Assunto **Projeto de Requalificação Urbana da Praça Camilo Castelo Branco e Espaços Adjacentes** – Aprovação do Projeto de Execução
Projeto de Execução – João Álvaro Rocha, Arquitectos e ATKINS.

DESPACHO

O Presidente


Castro Fernandes

Informação

Em observância das considerações efetuadas pelos serviços, sobre a Revisão ao Estudo Prévio, elaborado pelos gabinetes, conforme previsto contratualmente, foi entregue nesta data, o projeto de execução da intervenção de **Requalificação Urbana da Praça Camilo Castelo Branco e Espaços Adjacentes**.

O presente projeto integra as questões levantadas na informação técnica que aprova a Revisão do Estudo Prévio, dando-lhes resposta e solução. Como cumpre, apresenta todo o desenvolvimento e detalhe necessário à organização do processo de organização do procedimento de concursal de empreitada, que se segue na fase seguinte.

O projeto observa ainda o faseamento imposto pela Câmara Municipal, vindo organizado em fases autónomas, passíveis de procedimentos concursais de empreitada, independentes.

O Projeto de Execução - Fase A (genericamente R. D. Nuno Álvares Pereira e R. das Rãs), está organizado em :

Projeto Geral de Arquitetura, Projeto de Paisagismo, Plano de Acessibilidades e Projeto de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, e ainda no que respeita a especialidades, em Volume 1a – projeto geral, volume 2a – geologia e geotecnia, volume 3a – projeto da rede de drenagem, volume 4a – projeto de serviços afetados / desvio de redes, tomo 4a.1 – rede de abastecimento de água e serviços de incêndio, tomo 4a.2 – rede de águas residuais, tomo 4a.3 – rede de gás, volume 5a – projeto de infraestruturas de iluminação pública e desvio de redes bt /mt, volume 6a – projeto de telecomunicações (itur) e desvio de redes, volume 7a – plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, volume 8a – plano de segurança e saúde e compilação técnica, tomo 8a.1 – plano de segurança e saúde, tomo 8a.2 – compilação técnica, volume 9a – caderno de encargos, volume 10a – medições, tomo 10a.1 – mapa de quantidades e tomo 10a.2 – estimativa orçamental

48
[Handwritten signature]

O Projeto de Execução - Fase B (genericamente Praça, R. Pires de Lima e , está organizado em :

Projeto Geral de Arquitetura, Projeto de Paisagismo, Plano de Acessibilidades e Projeto de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, e ainda no que respeita a especialidades, em volume 1b – projeto geral, volume 2b – geologia e geotecnia, volume 3b – projeto da rede de drenagem, volume 4b – projeto de serviços afetados / desvio de redes, tomo 4b.1 – rede de abastecimento de água e serviços de incêndio, tomo 4b.2 – rede de águas residuais, tomo 4b.3 – rede de gás, volume 5b – projeto de infraestruturas de iluminação pública e desvio de redes bt /mt, volume 6b – projeto de telecomunicações (itur) e desvio de redes, volume 7b – plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, volume 8b – plano de segurança e saúde e compilação técnica, tomo 8b.1 – plano de segurança e saúde, tomo 8b.2 – compilação técnica, volume 9b – caderno de encargos, volume 10b – medições, tomo 10a.1 – mapa de quantidades e tomo 10a.2 – estimativa orçamental.

Efetuada a análise, o projeto apresenta um elevado grau de detalhe e pormenorização das soluções preconizadas, revelando-se o cuidado posto na execução e preparação da obra, implementando economias decorrentes quer da proposta construtiva (com é o caso da reutilização criteriosa de pavimentos) quer do rigor do desenho e adequabilidade das soluções. O processo foi objeto intenso acompanhamento pelos serviços do município, havendo também o contributo das diversas entidades externas, responsáveis pelas infraestruturas de serviços urbanos (eletricidade, telecomunicações, gás, saneamento).

Os processos apresentados encontram-se devidamente instruídos.

O valor orçamentado para a intervenção, totaliza nesta fase e conforme o presente projecto, um montante global de 1.601.488,00 € (um milhão, seiscentos e um mil, quatrocentos e oitenta e oito Euros), sendo previsto um montante de 1.121.041,60 (um milhão, cento e vinte e um mil, e quarenta e um Euros e sessenta Cêntimos) para a Fase A e 480.446,40 € (quatrocentos e oitenta mil, quatrocentos e quarenta e seis Euros e quarenta Cêntimos) para a Fase B.

Esta ação está inscrita no PPI – Plano Plurianual de Investimentos, sob a rubrica 54/2006/120- Requalificação Urbana Cidade Santo Tirso - Praça Camilo Castelo Branco e está candidata no âmbito da **Operação Inventar a Cidade – Animação e Gestão de Espaço Público, POVT – 15-0142-FEDER-023.**

2012-11-21

O Director de
Departamento

[Handwritten signature]
José António Lopes, Arqto



M.018GR

No enquadramento de todas estas questões, considerando a relevância urbanística e o enquadramento efetuado, julgo de propor a aprovação formal do presente Projeto de **Requalificação Urbana da Praça Camilo Castelo Branco e Espaços Adjacentes.**

Índice Geral

VOLUME 1A – PROJETO GERAL

VOLUME 2A – GEOLOGIA E GEOTECNIA

VOLUME 3A – PROJETO DA REDE DE DRENAGEM

VOLUME 4A – PROJETO DE SERVIÇOS AFETADOS / DESVIO DE REDES

TOMO 4A.1 – REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SERVIÇOS DE INCÊNDIO

TOMO 4A.2 – REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS

TOMO 4A.3 – REDE DE GÁS

VOLUME 5A – PROJETO DE INFRAESTRUTURAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DESVIO DE REDES BT /MT

VOLUME 6A – PROJETO DE TELECOMUNICAÇÕES (ITUR) E DESVIO DE REDES

VOLUME 7A – PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

VOLUME 8A – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE E COMPILAÇÃO TÉCNICA

TOMO 8A.1 – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE

TOMO 8A.2 – COMPILAÇÃO TÉCNICA

VOLUME 9A – CADERNO DE ENCARGOS

VOLUME 10A – MEDIÇÕES

TOMO 10A.1 – MAPA DE QUANTIDADES

TOMO 10A.2 – ESTIMATIVA ORÇAMENTAL



Índice Geral



VOLUME 1B – PROJETO GERAL

VOLUME 2B – GEOLOGIA E GEOTECNIA

VOLUME 3B – PROJETO DA REDE DE DRENAGEM

VOLUME 4B – PROJETO DE SERVIÇOS AFETADOS / DESVIO DE REDES

TOMO 4B.1 – REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SERVIÇOS DE INCÊNDIO

TOMO 4B.2 – REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS

TOMO 4B.3 – REDE DE GÁS

VOLUME 5B – PROJETO DE INFRAESTRUTURAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DESVIO DE REDES BT /MT

VOLUME 6B – PROJETO DE TELECOMUNICAÇÕES (ITUR) E DESVIO DE REDES

VOLUME 7B – PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

VOLUME 8B – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE E COMPILAÇÃO TÉCNICA

TOMO 8B.1 – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE

TOMO 8B.2 – COMPILAÇÃO TÉCNICA

VOLUME 9B – CADERNO DE ENCARGOS

VOLUME 10B – MEDIÇÕES

TOMO 10A.1 – MAPA DE QUANTIDADES

TOMO 10A.2 – ESTIMATIVA ORÇAMENTAL



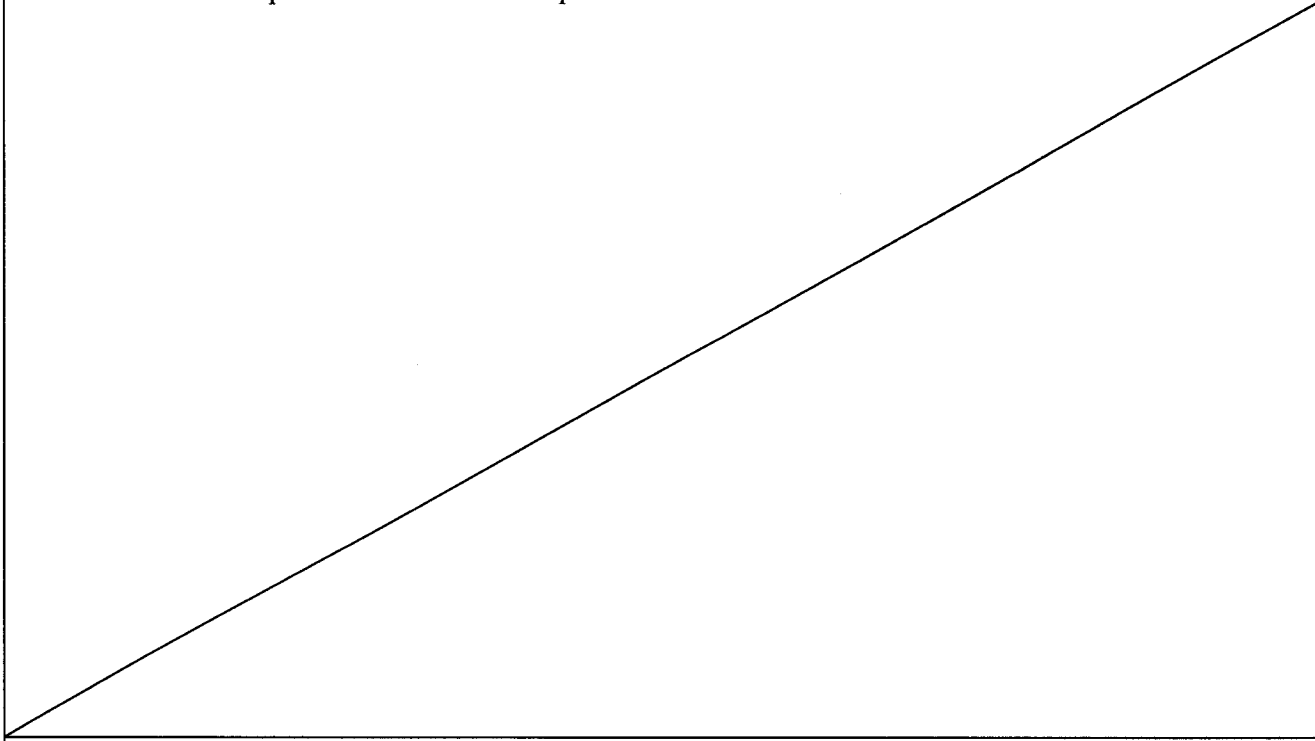
N

6. MINUTA DO CONTRATO ADICIONAL (1º) À EMPREITADA “NAVE CULTURAL NA FÁBRICA DO TELES – SANTO TIRSO”: APROVAÇÃO.-----

Presente a minuta do Contrato adicional n.º 1 ao contrato da empreitada denominada “Nave Cultural na Fábrica do Teles – Santo Tirso”, que consiste no aditamento de trabalhos ao contrato no montante global de 60.398,08 € (sessenta mil trezentos e noventa e oito euros e oito centimos), sendo o montante de 43.631,30 € (quarenta e três mil seiscentos e trinta e um euros e trinta centimos) relativo a trabalhos de suprimento de erros e omissões do projeto e o montante de 16.766,78 € (dezasseis mil setecentos e sessenta e seis euros e setenta e oito centimos), relativo a trabalhos a mais.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de vinte de novembro findo, que adjudicou a execução dos aludidos trabalhos e à aprovação da câmara municipal a minuta do respetivo contrato adicional, do qual se anexou cópia à minuta da ata e dela fica a fazer parte integrante, o que constituiu o anexo I da mesma, composto por cinco folhas.-----

A câmara deliberou, com oito votos a favor, ratificar o referido despacho de vinte de novembro findo e aprovar a minuta do respetivo contrato adicional.-----





7. ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE – 10 – 0241 – FEDER – 00341 DESIGNADA POR “PLANO DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO”: RATIFICAÇÃO.-----

Presente informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de vinte de novembro findo, registada com o número doze mil e trinta e sete, a comunicar que por Despacho da Comissão Diretiva da ON2, de vinte e sete de setembro último, foi aprovada a reprogramação temporal da operação acima identificada, com término em dez de maio de dois mil e treze; aprovada a alteração de rubricas orçamentais; aprovada a alteração da comparticipação financeira inicialmente prevista, que passou de 80% para 85% do custo total elegível da operação e a não aprovação da inclusão das novas componentes e da componente “infomail”.-----

Pelo que, o custo elegível previsto no Contrato de Financiamento ratificado pela câmara municipal em reunião de oito de junho de dois mil e onze (item dez da respetiva ata), passou de 220.108,89 € (duzentos e vinte mil cento e oito euros e oitenta e nove cêntimos) para 210.063,64 € (duzentos e dez mil e sessenta e três euros e sessenta e quatro cêntimos), com uma comparticipação FEDER de 178.554,09 € (cento e setenta e oito mil quinhentos e cinquenta e quatro euros e nove cêntimos), correspondente a 85% do custo total elegível da operação, assumindo o município a restante despesa necessária à execução integral da operação, no montante de 31.509,55 € (trinta e um mil quinhentos e nove euros e cinquenta e cinco cêntimos).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a Adenda ao referido Contrato de Financiamento, da qual se anexa cópia à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

8. SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO CONCELHO DE SANTO TIRSO: ATUALIZAÇÃO DO TARIFÁRIO PARA O ANO DE 2013.-----

Presente ofício de três do corrente mês de dezembro, dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso, registado com o número doze mil duzentos e um, a remeter cópia da deliberação do Conselho de Administração de vinte e oito de novembro findo, a propor a aprovação do novo tarifário do serviço de abastecimento de água para o ano de dois mil e treze.-----

O referido ofício vem acompanhado de informação técnica da diretora delegada daqueles serviços, de vinte e um de novembro findo, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, da qual consta que o novo tarifário enviado pela concessionária do serviço, Indagua Santo Tirso / Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A., por ofício de dezanove do mesmo mês de novembro, registado com o número onze mil quinhentos e setenta e oito, está de harmonia com a fórmula de revisão prevista no anexo XI do Contrato de Concessão, na redação introduzida pela alteração ao contrato efetuada por escritura celebrada no dia um de julho de dois mil e onze.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar o tarifário para dois mil e treze, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

A proposta foi aprovada cinco votos a favor.-----

Votaram contra os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata votaram contra esta proposta de atualização do tarifário da água para o ano de dois mil e treze, por várias ordens de razão.-----

Esta atualização objeto de aprovação pela maioria socialista pressupõe aumentos, nomeadamente nas tarifas variáveis para consumo doméstico, que rondam os 7%. Já no ano anterior



os vereadores do Partido Social Democrata votaram contra a atualização, porque na altura consideraram que se tratavam de aumentos brutais, como aliás e com a devida oportunidade, comprovaram. Ainda recentemente uma peça da SIC situava Santo Tirso entre os quatro concelhos a nível nacional onde se pratica os preços mais elevados da água. Aliás, na Área Metropolitana, e mesmo nos concelhos vizinhos da AMAVE, Santo Tirso sobressai como o concelho com as tarifas mais elevadas.-----

Estas atualizações além de ser chocantes e inacessíveis para o baixo ou o reduzido poder de compra dos tirsenses, e não devemos esquecer que Santo Tirso também está entre os quatro concelhos com a maior taxa de desemprego e portanto com graves problemas sociais, constitui um convite para os cidadãos continuem a não se ligar à rede pública da água, que neste momento é muito reduzido face à rede já disponível. Os vereadores do Partido Social Democrata sugerem que a câmara, com urgência, negocie com a concessionária a adoção de medidas que reduzam os tarifários e permitam que os cidadãos possam aceder a um bem que é essencial para o seu dia-a-dia”.-----

Seguidamente, pelo senhor presidente e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Tal como o fizemos em quinze de dezembro de dois mil e onze nesta mesma câmara declaramos que as alterações ao contrato de concessão que aprovaram os novos tarifários foram votados pelo Partido Social Democrata, em oito de junho de dois mil e onze na câmara municipal e em vinte e oito de junho de dois mil e onze, com o voto de abstenção.-----

Hoje como em quinze de dezembro de dois mil e onze votaram contra. Contradições!-----

Todos sabemos que o custo da água subiu e muito fruto fundamentalmente da política governamental que visa aproximar os preços dos custos reais.-----

A senhora Ministra Assunção Cristas tem-no afirmado publicamente.-----

Quanto aos preços da água na Área Metropolitana recordamos que o custo da água em alta servida pelas Águas do Douro e Paiva é aproximadamente metade dos custos da Águas do



Noroeste daí ser natural que os custos no Vale do Ave sejam mais altos. Veja-se a contestação que tem sido feita por exemplo na Póvoa de Varzim que também “bebe” da Águas do Noroeste.-----

Veja-se também a crítica duríssima que tem sido feita no vizinho concelho de Paços de Ferreira onde a câmara viu surgir um movimento com as consequências que se conhecem.-----

A câmara de Santo Tirso concessionou a rede de água pelo que o preço da tarifa é resultado de um misto de consumos e investimento. Sem esta concessão não seria possível executar-se o que se executou nomeadamente nos últimos dez anos onde se investiu mais do que no século passado em rede pública de água.-----

E recorde-se que neste momento está já executada a rede de Várzea do Monte, a rede em S. Mamede de Negrelos (em fase de ensaios) e estão a decorrer as obras em Vilarinho. Sem fundos comunitários pelo menos nos dois últimos anos não era possível executar estas obras.-----

Recordamos que a concessionária desde há dois anos a esta parte apresentou uma candidatura para o Vale do Leça à Operação Norte II que recentemente foi transferida para o POVT (Programa Operacional de Valorização de Território) continuando a aguardar-se aprovação governamental.-----

Poderíamos ter optado pela solução de não executar nada permitindo uma tarifa mais baixa mas a população de todo o concelho merece toda ser tratada de igual modo, o que tem custos como é óbvio.-----

A opção atual do governo é agora a de “privatizar” criando a Águas do Norte, envolvendo os municípios do Norte. Aí terá de ocorrer uma harmonização tarifária onde possivelmente o Norte Litoral será penalizado e o interior beneficiado.-----

As tarifas de água e saneamento a rondam no modelo atual os 2,7€/m³ para o litoral enquanto os custos do interior são da ordem dos 5€/m³ – 6€/m³.-----

Quem vai pagar este diferencial de custos?-----

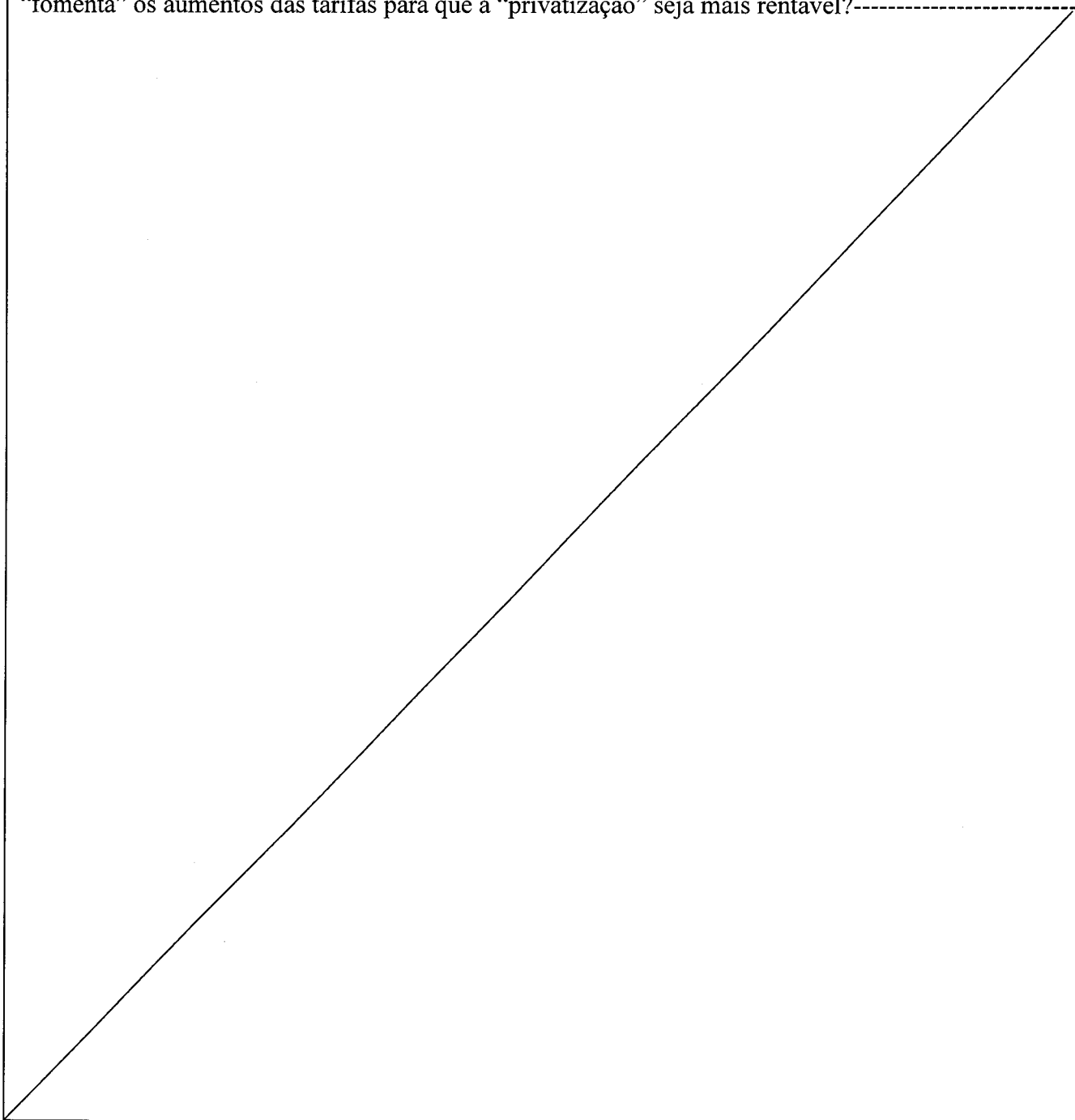
O Estado no seu todo ou o Governo quer empurrar os custos da solidariedade para os



A

f

municípios numa inversão dos princípios das funções sociais do Estado? Ou por outro o Governo pretende vender a Águas de Portugal, como consta do Programa do Governo, e por isso mesmo “fomenta” os aumentos das tarifas para que a “privatização” seja mais rentável?-----



TARIFÁRIO PARA 2013

a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2013

INDAQUA
SANTO IRSE | ROÇA

TARIFAS FIXAS (/30 dias) (Valores sujeitos a IVA taxa reduzida - 6%)		diâmetro (mm)	euros/30 dias
Utilizadores Domésticos		Diâmetro até 25 mm (≤ 25 mm)	7,9274
		Diâmetro entre 25 e 30 mm (> 25 e ≤ 30 mm)	32,0031
		Diâmetro entre 30 e 50 mm (> 30 e ≤ 50 mm)	63,9953
		Diâmetro entre 50 e 100 mm (> 50 e ≤ 100 mm)	88,2015
Utilizadores não Domésticos*		Diâmetro até 20 mm (≤ 20 mm)	9,6020
		Diâmetro entre 20 e 30 mm (> 20 e ≤ 30 mm)	32,0031
		Diâmetro entre 30 e 50 mm (> 30 e ≤ 50 mm)	63,9953
		Diâmetro entre 50 e 100 mm (> 50 e ≤ 100 mm)	88,2015
		Diâmetro entre 100 e 300 mm (> 100 e ≤ 300 mm)	127,9907
		Diâmetro acima de 300 mm (> 300 mm)	255,9704
TARIFAS VARIÁVEIS (/m ³) (Valores sujeitos a IVA taxa reduzida - 6%)		Escalões (m ³ /30 dias)	euros/m ³
Utilizadores Domésticos		1º Escalão - 0 a 5 m ³	0,9256
		2º Escalão - 6 a 15 m ³	1,4727
		3º Escalão - 16 a 25 m ³	2,9091
		4º Escalão - superior a 25 m ³	4,0367
Utilizadores não domésticos		Escalão Único	2,9091
Autarquias e Instituições		Escalão Único	1,2834
Grandes Utilizadores		1º Escalão - 0 a 1.500 m ³	2,9266
		2º Escalão - 1.500 a 3.000 m ³	1,3009
		3º Escalão - 3.000 a 10.000 m ³	1,0454
		4º Escalão - 10.000 a 30.000 m ³	0,8453
		5º Escalão - superior a 30.000 m ³	a definir caso a caso
TARIFAS DE SERVIÇOS AUXILIARES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (Valores sujeitos a IVA taxa normal - 23%)			euros
Encargos com aviso de corte			custo com envio do aviso
Incumprimento de prazo de pagamento (valor isento de IVA)			registado
Suspensão e reinício da ligação por incumprimento do utilizador			3,7190
Suspensão da ligação a pedido do utilizador			63,9953
Verificação do contador a pedido do utilizador			44,7913
Ligação para fornecimentos provisórios			63,9953
Abertura e fecho de água a pedido do utilizador			mediante orçamento
Leitura extraordinária a pedido do utilizador			51,1963
Análise de projectos de obras particulares - emissão de parecer			12,7991
Informação sobre o sistema público de abastecimento em plantas de localização			102,3925
Vistoria a sistema predial de águas a pedido do utilizador			83,1994
Água avulso - por metro cúbico (IVA taxa reduzida - 6%)			127,9907
Mudança de local do contador (quando o contador já está no limite da propriedade)			4,5563
Mudança de local do contador de dentro da habitação para o limite da propriedade (colocação da caixa do contador a cargo do consumidor)			mediante orçamento
			gratuito
RAMAIS DOMICILIÁRIOS (Valores sujeitos a IVA taxa normal - 23%)			euros / metro
Acima de 20 metros de extensão, por metro adicional			63,9953
Ramais da responsabilidade de terceiros			mediante orçamento
Alteração de ramal			mediante orçamento
CAUÇÕES (Valores isentos de IVA)			euros
Caução para religação após incumprimento **			4 x Cmm***
Caução para utilizadores não domésticos			163,1147
Caução para ligações provisórias			271,8578

* inclui Autarquias e Instituições

** apenas em caso de reestabelecimento e desde que o consumidor opte por não pagar por transferência bancária

*** Encargo com o consumo médio mensal do cliente, ou de cliente com idêntica tipologia, registado nos últimos 12 meses



9. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA TABELA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELETRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO, RELATIVOS AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RECOLHA E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS-----

Presente ofício de três do corrente mês de dezembro, dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento, registado com o número doze mil duzentos e dois, a remeter proposta de alteração da Tabela de Preços dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso (serviços públicos de recolha, tratamento e deposição de resíduos sólidos urbanos e de ligação, disponibilidade, conservação e tratamento do saneamento de águas residuais), aprovada pelo respetivo Conselho de Administração em reunião de vinte e oito de novembro findo, a qual se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes cinco folhas.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo das disposições conjugadas do artº 16º da Lei 2/2007, de 15 de janeiro, e artº 64º, nº 1, alínea j) da Lei 169/99, de 18 de setembro, deliberasse aprovar a Tabela de Preços anexa, para entrarem em vigor no próximo dia um de janeiro de 2013.-----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor.-----

Votaram contra os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata, que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata votaram contra a proposta de alteração da Tabela de Preços dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento, porque constatarem que se trata de mais um aumento brutal e desajustado à realidade social do concelho de Santo Tirso e das suas populações. Aliás, a Tabela de preços dos SMAES, desde dois mil e sete, que vem sofrendo aumentos expressivos, que denota a insensibilidade da câmara municipal e da maioria socialista relativamente a uma área de intervenção que tem uma matriz social, já que em causa estão

questões de salubridade pública, importantes para a manutenção da qualidade de vida e da saúde dos tirsenses. Nos últimos anos esta matéria não tem sido objeto, como seria exigível, de um profundo estudo, que ajustasse os preços praticados pelos SMAES à realidade socioeconómica do concelho. Além disso, e uma vez mais, os vereadores, pelo menos os eleitos na lista do Partido Social Democrata, não receberam informação que lhes permitisse fazer uma ponderação mais cuidada dos impactos que esta Tabela vai produzir no orçamento dos tirsenses. Lamentamos que a câmara não tenha cumprido a lei, que refere claramente que este e outros documentos deveriam ter sido disponibilizados com dois dias úteis de antecedência".-----

Seguidamente, pelo senhor presidente e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Recordamos a nossa declaração de voto sobre este assunto na reunião de 2011/12/15: *“as recomendações governamentais vão no sentido de serem aumentados os tarifários nos setores da água, saneamento e resíduos. A orientação geral vai no sentido de que estes serviços devem ser pagos pelos utentes sem qualquer amortecimento suportado pelos orçamentos camarários. Todos sabemos que quer o Ministério do Ambiente quer a ERSAR tem dado orientações no sentido dos sistemas multimunicipais, sobre a alçada da AdP e da EgF, praticarem preços de que não resulte também financiamento a partir das verbas do Orçamento de Estado. Por isso mesmo tem havido alterações nos tarifários dos últimos anos que, partindo de uma base muito baixa, podem atingir valores mais elevados do que aqueles que seriam expectáveis.*-----

Os custos ambientais estão de facto a ser atualizados a nível nacional e internacional e mesmo assim a AdP divulgou recentemente a notícia de que os municípios devem 400 milhões de euros à AdP.-----

Por isso mesmo bem recentemente e para a Região Norte os valores previstos para o setor da água/saneamento apontavam para tarifa de ordem dos 6 €/m³ para que os sistemas se tornem sustentáveis”.-----



A situação é hoje muito pior. Recentemente a Resinorte através dos representantes nomeados pela EgF no Conselho de Administração decidiu, de um momento para o outro, aprovar um aumento da tarifa de 16% contrariando o acordo assinado pelos municípios e pela AMAVE para a criação do Sistema Multimunicipal Resinorte. Os representantes dos municípios no Conselho de Administração abandonaram a reunião e decidiram não participar em mais nenhuma reunião enquanto não fossem demitidos os representantes da empresa pública EgF pela forma como querem impor uma decisão unilateral sem ouvir sequer os municípios.-----

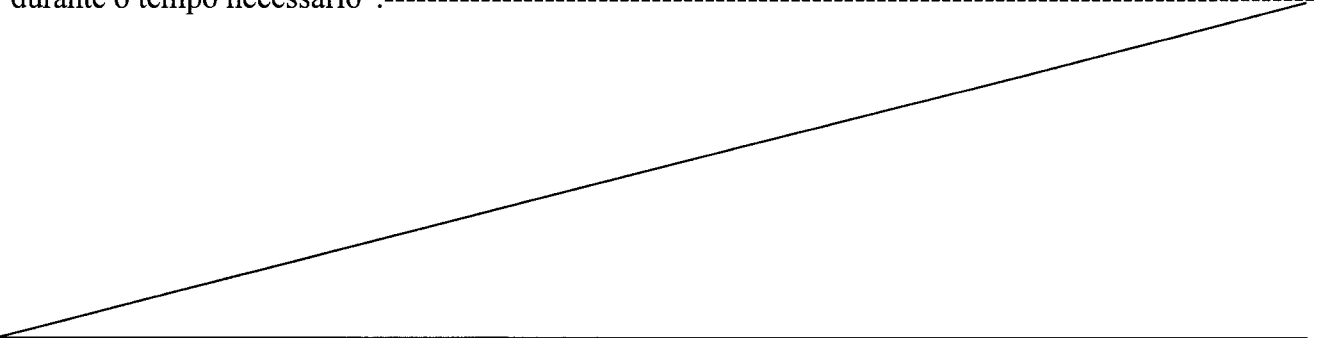
Esta atitude por parte dos representantes de EgF enquanto representantes de uma empresa pública tutelada pelo Ministério do Ambiente é o resultado da intenção governamental de privatizar a Resinorte que é como dizia um membro do Conselho de Administração da Resinorte o “*fillet-mignon*” dos R.S.U. (Resíduos Sólidos Urbanos em Portugal).-----


Acresce que esta subida de preços contraria tudo o acordado com a AMAVE e os Municípios que se associaram ao sistema multi-municipal exatamente pela baixa de preços que conseguiram com a negociação efetuada.-----

Destas medidas está a resultar um grande conflito que exige a intervenção da Senhora Ministra do Ambiente para que os Municípios e munícipes não sejam prejudicados.-----

Como esclarecimento recordamos que o aumento do tarifário em água, esgotos e resíduos domésticos é para um consumidor de 10 m³ (de água) e pelo período de um mês da ordem de pouco mais de 1,66 €, o que tendo em conta a realidade atual e comparada é similar à dos outros municípios.-----

Por último recordamos que os documentos em questão foram analisados nesta reunião durante o tempo necessário”.-----





**TABELA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA,
ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO - 2013**

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Os Preços a cobrar pelos SMAES de Santo Tirso são os constantes da seguinte tabela;
2. Os SMAES poderão, caso a caso, isentar ou reduzir os preços relativos a actos que, por natureza, se identifiquem com os que são próprios das instituições de solidariedade social, quando promovidas por organismos sem finalidades lucrativas e instituições de carácter religioso;
3. Os SMAES (C.A.) poderão reduzir até 50 % ou isentar do valor dos respectivos preços, os produtores domésticos que se encontrem em situação de carência económica comprovada pelos Serviços Sociais.
4. As casas desabitadas serão isentas temporariamente, enquanto se verificar a situação de não ocupação da construção, tendo obrigatoriamente de comprovar a desocupação ao fim de cada ano, após a isenção, sob pena da tarifa ser activada automaticamente.
5. Para os utentes de RSU com isenções, que são clientes consumidores de água, haverá lugar à facturação do serviço de RSU sempre que o consumo de água exceda os 5m³ por mês.
6. Para utentes titulares de contrato de fornecimento de água o pagamento dos preços de RSU e Saneamento são indissociáveis da factura dos consumos de água.
7. Para os utentes de RSU abrangidos por recolha porta a porta, sempre que o arruamento não permita a entrada ou passagem do camião de recolha, o utente terá que deslocar os seus resíduos para zona onde o camião efetue a recolha. A estes utentes aplicar-se-á a tarifa de recolha coletiva.
8. Os novos preços são aplicados aos actos praticados após a entrada em vigor desta tabela, ainda que respeitantes a processos iniciados anteriormente.
9. Será concedida a possibilidade de pagamento de dívidas até doze prestações, podendo o prazo ser alargado consoante despacho da Administradora Delegada dos SMAES, por solicitação dos munícipes.

10. Qualquer alteração relativa à morada, ou outra qualquer situação, dos utentes dos Serviços de RSU e Saneamento é da responsabilidade dos mesmos.

CAPÍTULO II

RECOLHA, TRATAMENTO E DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

1. Recolha Doméstica

1.1 Recolha Colectiva por agregado familiar e por mês 6,50 €

1.2 Recolha Domiciliária por agregado familiar e por mês 8,30 €

1.2.1. Recolha Domiciliária por agregado familiar e por mês em contentores subterrâneos 8,30 €

1.3. Os agregados familiares constituídos por reformados cujos rendimentos globais não ultrapassem o montante do salário mínimo nacional mais elevado beneficiarão de uma redução de 50% dos preços estipulados em 1.1, 1.2 e 1.2.1, deste capítulo.

2. Recolha em Estabelecimentos Comerciais, Industriais, Profissões liberais, Serviços e Organismos do Estado

2.1. Recolha colectiva por Estabelecimento Comercial,
Industrial ou Escritório e por mês 12,02 €

2.2. Recolha individual

a) Contentor de 50 litros – por mês 16,00 €

b) Contentor de 110 litros – por mês 24,00 €

c) Contentor de 240 litros – por mês 43,00 €

d) Contentor de 800 litros – por mês 84,00 €

e) Contentor de 1000 litros – por mês 99,00 €

2.3. Recolha em contentores subterrâneos

a) Com contentorização atribuída de 50 litros – por mês 16,00 €

b) Com contentorização atribuída de 110 litros – por mês 24,00 €

c) Com contentorização atribuída de 240 litros – por mês 43,00 €



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL
Serviços Municipalizados

63

- | | |
|---|---------|
| d) Com contentorização atribuída de 800 litros – por mês | 84,00 € |
| e) Com contentorização atribuída de 1000 litros – por mês | 99,00 € |

2.4. Poderá ser aplicada o preço de recolha colectiva na zona abrangida por recolha porta-a-porta sempre que seja comprovado pela fiscalização que a produção de resíduos não justifica a atribuição de um contentor de 50 litros.

§ 1. Estabelecimentos comerciais, industriais, profissões liberais e serviços servidos por contentores subterrâneos.

- a) O preço a aplicar em estabelecimentos comerciais, industriais, profissões liberais e serviços a instalarem-se em zonas servidas por recolha em contentores subterrâneos, será de acordo com a contentorização a definir por estes Serviços Municipalizados.
- b) Para estabelecimentos comerciais com produção de resíduos diminuta devidamente comprovada pela fiscalização, poderão os SMAES aplicar o preço que melhor se ajusta à situação de produção.

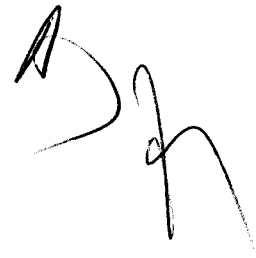
§ 2. Centros Comerciais

- a) O preço a aplicar por estabelecimento comercial será por contentor se a quantidade de RSU produzidos justificar a sua utilização individualmente.
- b) O preço a aplicar por estabelecimento sem contentor individual será o preço de recolha colectiva.
- c) Para espaços comuns com áreas comuns comerciais cuja produção de RSU justifique (Condomínios) será aplicado o preço de recolha colectiva.

3. Recolha em Estabelecimentos de Ensino

3.1. O preço de RSU a aplicar aos estabelecimentos de ensino que não sejam da competência da Câmara Municipal, será estabelecido em função da contentorização.

3.2. Serão isentos do pagamento do preço de RSU os estabelecimentos de ensino público do 1º Ciclo e Pré-Escolar da competência da Câmara Municipal.



CAPÍTULO III

PREÇO DE LIGAÇÃO, DISPONIBILIDADE, CONSERVAÇÃO E TRATAMENTO DO SANEAMENTO

1. Preço de ligação

a) Para habitações e comércio, estes últimos com áreas até 1000 m², o preço de ligação é de 0,81 € por m² da área bruta.

b) Comércio / Indústrias

- Indústrias até 1500 m2	770 €
- Comércio / Indústria de 1500 a 2500 m2	1106 €
- Comércio / Indústria de 2500 a 5000 m2	1656 €
- Comércio / Indústria com mais de 5000 m2	2752 €

2. Preço de Disponibilidade do Serviço de Saneamento

Aplica-se às construções localizadas em zonas servidas por redes públicas de drenagem sem ligação às referidas redes públicas. 5,10 € / mês

3. Preço de Conservação

a) O preço de conservação aplica-se a todas as construções (habitações/agregado familiar) que possuem ligação à rede pública, com um escalão base de 5,10 € (inclui utilizadores de água privada).

b) É paga por metro cúbico de água consumida, conforme escalões a seguir, sempre que o seu cálculo ultrapasse o escalão base:

Consumos Domésticos

	EURO / m ³
1.º Escalão – 0 a 5 m ³	0,37
2.º Escalão – 6 a 15 m ³	0,41
3.º Escalão – 16 a 25 m ³	0,58
4.º Escalão – superior a 25 m ³	0,88

Comércio e Indústria

1.º Escalão – 0 a 50 m ³	0,79
2.º Escalão – 51 a 200 m ³	0,89

3.º Escalão – superior a 200 m³

Serviços do Estado

EURO/ m³

Escalão único

0,86

Instituições de Beneficência de Carácter Social

Escalão único

0,33

Autarquias Locais

Escalão único

0,33

Provisório (obras)

0,98

c) O preço de conservação aplica-se a todos os comércios e indústrias com efluente doméstico em função do número de trabalhadores, caso não possuam ligação à rede pública de abastecimento de água, fixando-se:

- menos que 10 trabalhadores	5,40 €/mês
- entre 11 e 20 trabalhadores	7,50 €/mês
- entre 21 e 50 trabalhadores	17,00 €/mês
- entre 51 e 100 trabalhadores	34,10 €/mês
- a partir de 101 trabalhadores	51,20 €/mês

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Em tudo quanto não esteja previsto nesta tabela aplicar-se-á, com as devidas adaptações, o previsto na Tabela de Preços da Câmara Municipal de Santo Tirso.

É igualmente aplicável em tudo quanto não esteja previsto, com as devidas adaptações, o previsto no Regulamento de Tabela de Taxas e Licenças Diversas da Câmara Municipal de Santo Tirso.



10. OUTROS SUBSIDIOS.-----

**A) À JUNTA DE FREGUESIA DE AREIAS: INTERVENÇÕES EM DIVERSOS
ARRUAMENTOS.**-----

Presente ofício de vinte e um de novembro findo, da junta de freguesia de Areias, registado com o número onze mil setecentos e nove, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 5.268,20 € (cinco mil duzentos e sessenta e oito euros e vinte centimos) para custear as despesas com obras efetuadas em diversos lugares da freguesia, para as quais foi solicitado o apoio técnico do Departamento de Obras Municipais da câmara municipal.-----

A Divisão de Vias informa (informação II_1060/2012) quais as intervenções realizadas pela junta de freguesia de Areias, quais os trabalhos executados e que os mesmos se encontram concluídos e em condições aceitáveis.-----

Mais informam que o valor solicitado pela junta de freguesia é aceitável, face à natureza e volume dos trabalhos executados.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de Areias um subsídio no montante de 5.268,20 € (cinco mil duzentos e sessenta e oito euros e vinte centimos).-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3626/2012.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 4308/2012, de três do corrente mês de dezembro.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



10. B) À JUNTA DE FREGUESIA DE MONTE CÓRDOVA: INTERVENÇÕES NA RUA DE FONTES SECAS, TRAVESSA DE FONTES SECAS E RUA DO AGRELO.-----

Presente ofício de vinte e seis de janeiro de dois mil e oito, da junta de freguesia de Monte Córdova, registado com o número dois mil oitocentos e três, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 28.000,00 € (vinte e oito mil euros) para custear as despesas com obras beneficiação a executar nos arruamentos acima referidos, cuja estimativa orçamental é de 35.000,00 € (trinta e cinco mil euros).-----

A Divisão de Vias informa (informação II_0882/2012) quais os trabalhos que se mostram necessários realizar em cada um dos arruamentos e que a respetiva estimativa orçamental é de 61.718,50 € (sessenta e um mil setecentos e dezoito euros e cinquenta cêntimos).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de Monte Córdova um subsídio no montante de 28.000,00 € (vinte e oito mil euros), conforme solicitado, para ajudar a custear as despesas com as obras de beneficiação dos referidos arruamentos, a realizar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 3623/2012.-----

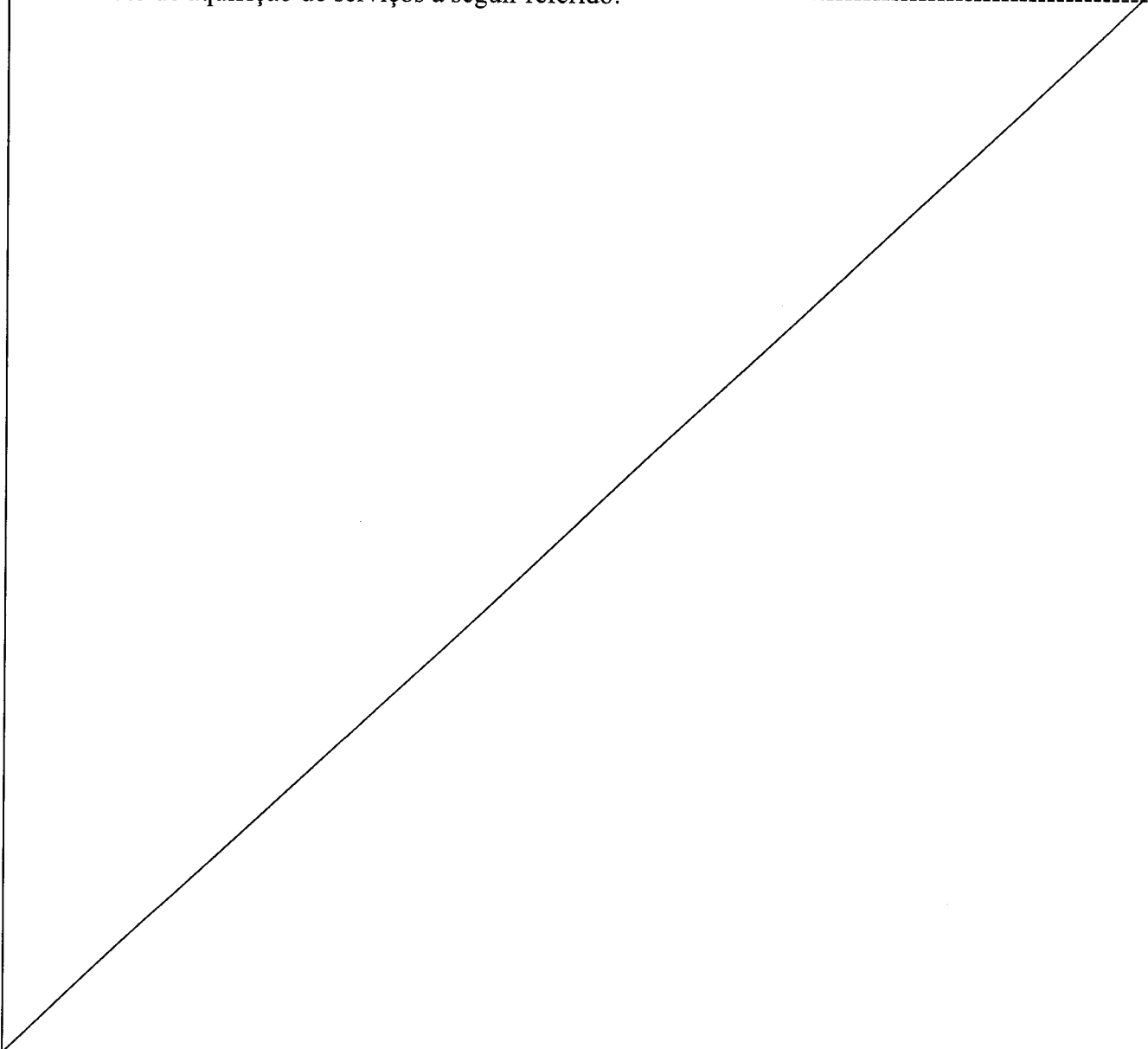
O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 4307/2012, de três do corrente mês de dezembro.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



**11. PARECERES PRÉVIOS DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVOS À
CELEBRAÇÃO OU RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.---**

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, em cumprimento do estipulado nas disposições conjugadas dos números 4 e 8 do artigo 26º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e doze, deliberasse dar parecer favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços a seguir referido:-----





11. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO DIRIGIDAS AOS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.-----

Presente informação da divisão de recursos humanos, de vinte e nove de novembro findo, registada com o número doze mil cento e oitenta e cinco, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.---

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 26º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, a celebrar com a sociedade Vertiriva Lda.-----

O valor previsto da despesa é de 16.806,00 € (dezasseis mil oitocentos e seis euros), isento de IVA, a repartir pelos anos económicos de 2012, 2013 e 2014, e sujeito à redução remuneratória de 10% a aplicar sobre a proposta de preço contratual que vier a ser apresentada.-----

As despesas estimadas com a celebração do referido contrato de prestação de serviços serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 020215, na qual ficou cative a importância de 500,00 € (quinhentos euros), correspondente à estimativa dos encargos a suportar no ano económico em curso, conforme proposta de cabimento orçamental número 3598/2012, de vinte e nove de novembro findo.-----

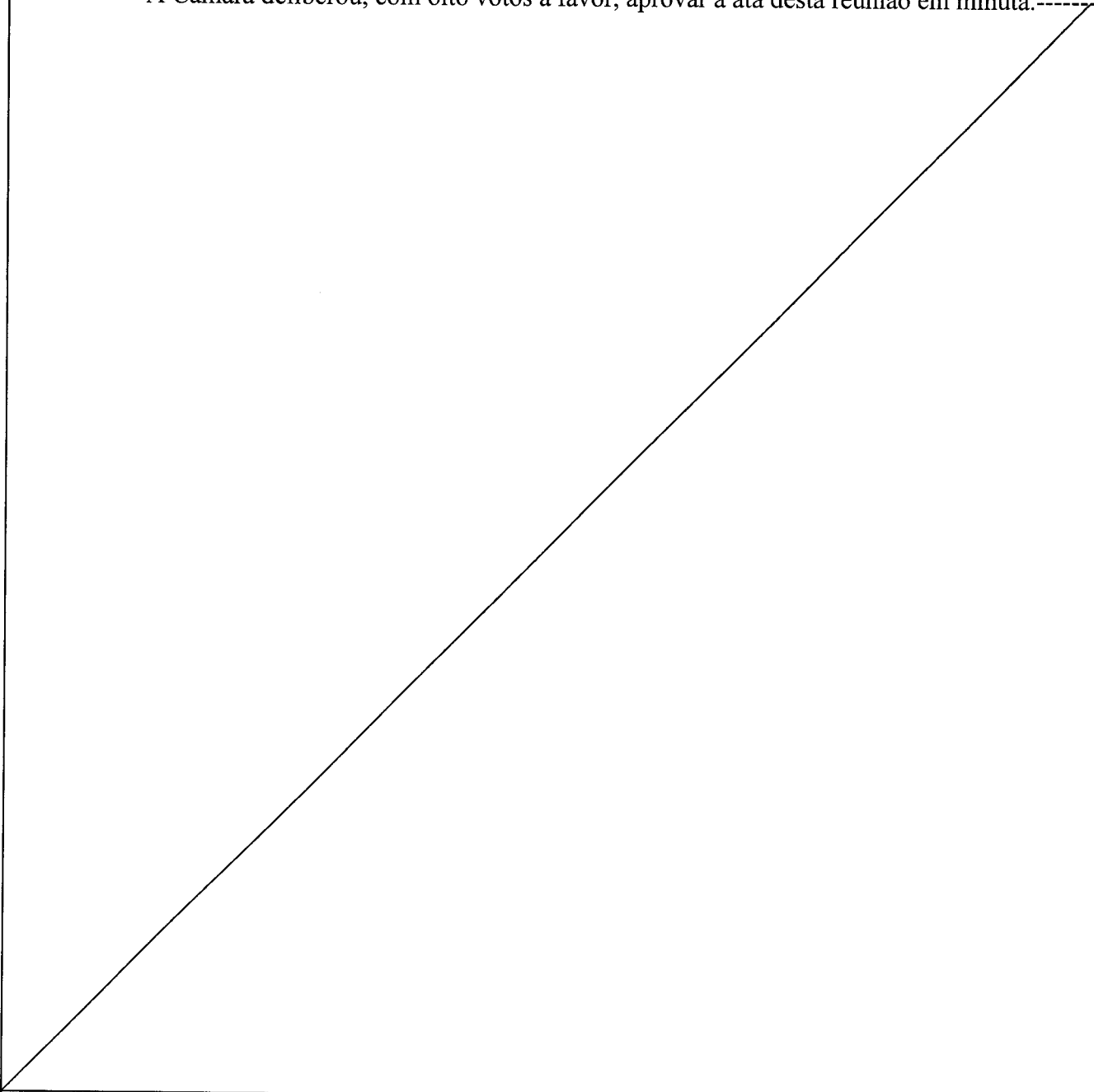
Considerando que do referido contrato resultarão compromissos plurianuais, o senhor presidente propôs ainda, para cumprimento do disposto na alínea c) do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, que a presente deliberação fosse remetida à assembleia municipal para os devidos efeitos legais.-----

As propostas foram aprovadas com oito votos a favor.-----



APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: No final da discussão e votação dos assuntos constantes desta ata, foi lida a respetiva minuta, para efeitos da sua aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro.-----

A Câmara deliberou, com oito votos a favor, aprovar a ata desta reunião em minuta.-----

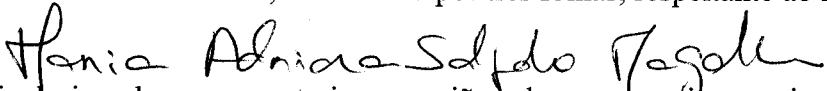




ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Doze horas e dez minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem setenta e uma folhas, apenas utilizadas no anverso, um documento anexo, constituído por três folhas, respeitante ao item sete, que eu


funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 12 / 12 / 2012 conforme consta do item um da respetiva ata (folhas sete da respetiva minuta).-----

A Secretária,